



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

FABRÍCIO RIBEIRO CAIRES BRITO

**ESCOLA TÉCNICA EM AGROECOLOGIA LUANA CARVALHO - UMA
EXPERIÊNCIA DO MST**

Cruz das Almas - BA

2019

FABRÍCIO RIBEIRO CAIRES BRITO

**ESCOLA TÉCNICA EM AGROECOLOGIA LUANA CARVALHO - UMA
EXPERIÊNCIA DO MST**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Colegiado de Graduação de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

Orientador: Prof. Dr. Franklin Plessmann de Carvalho.

Cruz das Almas - BA

2019

FABRÍCIO RIBEIRO CAIRES BRITO

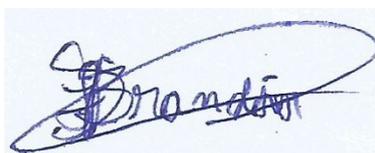
**ESCOLA TÉCNICA EM AGROECOLOGIA LUANA CARVALHO –
UMA EXPERIÊNCIA DO MST**

Monografia defendida e aprovada pela banca examinadora

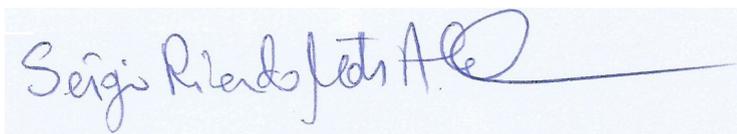
Aprovado em 16 / 07/ 2019



Prof Dr. Franklin Plessman de Carvalho
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
(Orientador)



Prof Me. Jeffesron Duarte Brandão



Prof Me. Sérgio Ricardo Matos Almeida
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano)

Cruz das Almas, 16 de Julho de 2019

AGRADECIMENTOS

A Deus, as Nkisi, em especial a Kitembo, e caboclos da falange dos caboclos de pena que me dão forças em todos momentos de minha vida. Carinho especial ao Onzó Mucumbi.

A minha família, que sempre me apoiou nas minhas escolhas, mesmo não concordando-as, em especial meu irmão Felipe Brito (maninho) e Cleto Filho (Seu Cleto).

Ao Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia (GAIA) que colaborou para minha formação enquanto militante, agroecólogo e educador popular.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST) por ser referência mundial na luta de classes, na conquista por melhores condições de vida ao povo e na construção de uma outra sociedade. À Brigada Costa do Dendê pelo acolhimento: “Sou Terra Sou, esta identidade foi a mais bonita que ganhei” e “Só a luta faz valer!”

a todos e todas educadores, aos educandos, a equipe de serviços gerais da Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho por me possibilitar a convivência e o meu crescimento como ser humano, mais sensível e atuante na luta, na construção enquanto agroecológico, educador popular e militante.

Às colegas de curso, em especial Mariza Silva (Riza) pelo apoio em diversas etapas do curso.

Ao meu orientador, Franklin Carvalho, que aceitou o convite e pela confiança.

“Ser Sem-Terra é ser guerreiro
É viver a vida, sem medo de arriscar
É ser amigo, companheiro, verdadeiro
É não ter medo de enfrentar,
é ter coragem pra lutar
Doar suas vidas, suas batalhas
Desbravar a terra, saltar muralhas
Plantar, colher e muitas vezes sofrer
É ver que a vida passa e você se torna
mais um ser na massa.
É ver que a vida passa e você se torna
mais um ser na massa”

(Lívia)

RESUMO

Este trabalho consiste em um esforço individual, de um educador-militante, em pesquisar e refletir sobre a experiência agroecológica construída na Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho, localizada no Assentamento Josiney Hipólito, no Km 15 da rodovia Ituberá - Gandu, Bahia. No desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas metodologias qualitativas com dois instrumentos para a elaboração de dados: acompanhamento e levantamento das atividades desenvolvidas e entrevistas, com uso de gravador e nas dependências das casas dos educadores, da Escola, ambas entre anos de 2018 e 2019. A instituição é uma escola do campo, agroecológica e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST). Através do estudo foi possível constatar que a Agroecologia construída pela Escola Luana Carvalho é fruto do amadurecimento político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, contrapondo-se à atuação e as consequência do capitalismo no campo, atualmente configurado como agronegócio, afirmando-a no projeto Reforma Agrária Popular como sua contraproposta. Os Princípios da Educação do MST, fundados na pedagogia socialista, dão a Agroecologia construída um desenvolvimento que contemplem a interdisciplinaridade e a formação do ser humano, passando por diferentes dimensões como ambiental, social, econômica, educacional, cultural, política, ética e técnica, todas em uma perspectiva de transformação das relações capitalistas e a construção de outra sociedade. Elementos contraditórios são apresentados, como forma de estimular o avanço contínuo da práxis da ETALC..

Palavras-chaves: Agroecologia; Educação; e Transformação.

ABSTRACT

This work consists of an individual effort by an educator-activist to research and reflect on the agroecological experience built at the Technical School in Agroecology Luana Carvalho, located at the Josiney Hipólito settlement, at Km 15 of the Ituberá x Gandu highway in Bahia. In the development of this work, a qualitative methodology was used with two instruments for the elaboration of data: monitoring and survey of the activities developed and interviews, using tape recorder and in the dependencies of the educators' houses, both between 2018 and 2019. The School is a rural, agroecological school and the Landless Rural Workers' Movement (MST). Through the study it was possible to verify that the Agroecology built by the Luana Carvalho School is the result of the political maturation of the Landless Workers' Movement of Brazil, opposing to the performance and the consequences of capitalism in the field, currently configured as agribusiness, affirming it in the Popular Agrarian Reform project as his counterproposal. The MST's Principles of Education, based on socialist pedagogy, will give Agroecology a development that contemplates the interdisciplinary and omnilateral formation of the human being, going through different dimensions such as environmental, social, economic, educational, cultural, ethical and technical, all in a perspective of transformation of capitalist relations and construction of another society. Contradictory elements are presented as a way to stimulate the continuous advancement of the praxis of the ETALC.

Key words: Agroecology; Education; e Transformation

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ETALC - Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo geral	14
2.2 Objetivos específicos	14
3 MATERIAL E MÉTODOS	15
4. ETALC - UMA ESCOLA DE LUTA	16
4.1 MST - uma breve introdução	16
4.2 Uma escola de luta - continuando	18
5. ETALC - UMA ESCOLA DO CAMPO E DO MST	22
6. ETALC - UMA ESCOLA AGROECOLÓGICA DO MST	27
6.1 Agronegócio - uma breve apresentação	28
6.2 Agroecologia - construindo uma contraposição	29
6.2.1 Agroecologia - as contribuições de Altieri e Gliessman	32
6.2.2 Agroecologia - as contribuições de Caporal e Costabeber	34
6.2.3 MST e Agroecologia	38
6.3 Retornando a Luana Carvalho	42
6.3.1 Um diálogo sobre Agroecologia com os educadores	42
6.3.2 Luana carvalho - uma escola de ações	44
6.3.3 Um esforço de dimensionar a Agroecologia	52
7. ETALC - AS CONTRADIÇÕES FAZEM PARTE DA EXPERIÊNCIA HUMANA	54
7.1 Ora uma, ora duas escolas	54
7.2 Interdisciplinaridade, agroecologia e Escola	56
7.3 Dificuldades em potencializar o pedagógico	58
7.4 Desafios para o fortalecimento da Agroecologia: as relações da Escola, Comunidades e MST	60
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
9. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	63
10. ANEXO	67

APRESENTAÇÃO

Atualmente trilho meus primeiros passos como educador, agroecólogo e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e “se vale muito o que já foi, vale mais o que virá”¹.

Nascido e criado em Salvador, Bahia, sou filho do êxodo rural. Pai oriundo do baixo sul baiano, mais precisamente Nova Ibiá, e mãe oriunda do baixo sul, da cidade de Ubatã. Nunca tive contato até a fase jovem (20 anos) com o campo, sobre as questões agrária e um tanto de debates que conheço hoje. Meu primeiro contato por amigos ambientalistas, era com a ideia romântica sobre o retorno ao campo, a vida com a natureza e a negação da sociedade atual, visão esta que se ressignificou anos depois. Desistente, próximo a formar, do curso técnico em eletrônica, abandono a perspectiva de vida urbana e busco traçar estratégias de ir para o campo.

Em 2013 ingresso no Curso de Engenharia Agrônoma, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), na cidade de Cruz das Almas, interior da Bahia. A ideia era simples: se quero morar no campo, preciso ou ter dinheiro ou ter conhecimento (no sentido de vender a mão de obra qualificada). Como não tinha dinheiro, é fácil entender a decisão de estudar agrárias. Esta ideia era simples e bem reducionista, diga-se de passagem. Neste mesmo ano, conheci a Teia dos Povos da Cabruca e Mata Atlântica da Bahia², foi então, que meu processo de formação colaborando na organização das atividades, entre elas as Jornadas de Agroecologia da Bahia. No mesmo ano, participei da criação do Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia (GAIA)³ e integrei-o até 2016. Assim, tenho contato com os primeiros debates sobre agroecologia no campo popular. Em 2015, realizo transferência de curso, na mesma instituição, para Tecnologia em Agroecologia, por dois motivos distintos, sendo primeiro o conservadorismo, de conteúdo e de postura dos professores do antigo curso; e o segundo para me aproximar de um debate mais acadêmico mais específico sobre agroecologia.

¹ Trecho da canção “O que foi feito deverá” de Milton Nascimento.

² Organização que articula, organiza e movimenta diversos povos e organizações no território baiano. Realizando, principalmente, atividade na perspectiva agroecológica.

³ Grupo de assessoria popular, auto organizado de estudantes da UFRB, Cruz das Almas. Defende a agroecologia na perspectiva transformadora das diversas crises atuais. Seguindo as orientações da Educação Popular na sua prática de diálogo com as comunidades assessoradas.

Simpatizante do MST desde 2013, participando de suas ações, desde espaços de caráter de encontros até ações desenvolvidas em assentamentos e em 2018 tive o convite de atuar enquanto educador em umas de suas escolas, localizadas no baixo sul, na zona rural de Ituberá. Agora, definitivamente, começa a minha caminhada enquanto educador, militante e agroecólogo do MST. Em 2019, vou morar a 10 km da ETALC, tendo a honra de ser acolhido por outro militante - irmão da falecida Luana Carvalho - do MST e pela sua família, que disponibilizaram uma casa na área de roça, dentro da propriedade da família. .

Assim, inicialmente, é preciso demarcar que este trabalho consiste em um processo de ação-reflexão, individualmente, de um militante do MST, educador e atuante na escola onde o trabalho foi realizado, ou seja, um militante-pesquisador que utilizou da sua vivência e algumas ferramentas qualitativas para o desenvolvimento de seu trabalho. Este processo é incentivado por um dos Princípio do Movimento, do amor ao estudo.

Este trabalho não tem como pretensão apresentar em sua totalidade a compreensão da Agroecologia construída na Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho nem pelo MST, pois teria que passar por espaços de construção coletiva na Escola e nas instâncias deliberativas do MST. Assim, estar aberto a alterações posteriores, passando de um esforço individual, e tornando-se uma colaboração, sujeita às alterações às quais o Movimento julgar válidas.

1 INTRODUÇÃO

A orientação de construir a Agroecologia de forma transversal aos setores de sua organicidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, incube ao seu Setor de Educação construir escolas, formações e atividades educativas desse caráter (MST, 2014). Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho é o centro deste trabalho, necessitando que alguns temas sejam abordados como Agroecologia, Educação do Campo, Agronegócio e MST.

No tópico *Luana Carvalho - Uma escola de luta*, apresentarei informações contextualizadoras do processo de luta pela escola, vinculada ao MST, com breve apresentação dos sujeitos sociais. No tópico *Luana Carvalho - uma escola do campo e do MST* são apresentadas a luta pelo acesso à educação, sintetizada na proposta de Educação do Campo e dialogando com os princípios da Educação do MST. No tópico seguinte, *Luana Carvalho - Uma escola Agroecológica*, apresento alguns amadurecimentos que influenciaram pela Agroecologia, como proposta ao campo e contraproposta ao agronegócio, as principais teorias que têm influenciado os educadores e, por fim, apresentação das atividades realizadas. No último tópico, *A contradição faz parte da experiência humana*, debato sobre contradições existentes na escola, vinculadas à construção da agroecologia.

Assim, poderemos conhecer mais sobre uma experiência de Escola do campo e agroecológica construída pelo MST, na tentativa de corresponder às múltiplas dimensões do homem e do viver no campo, sem idealizar.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Colaborar para elaboração e sistematização da Agroecologia apresentada pela Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho.

2.2 Objetivos específicos

Analisar a Agroecologia, materializada pela Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho, demarcando suas características.

Evidenciar como a natureza da Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho determinará a Agroecologia construída.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A elaboração dos dados deu-se na forma qualitativa, que possibilita a capilarização a diversos elementos subjetivos à pesquisa (Godoy, 1995). Foram em quatro eixos: entrevistas (Eixo 1); análise de documentos, cartilhas, manuais e textos elaborados pelo MST, nos assuntos de Agroecologia e/ou Educação em Agroecologia (Eixo 2); anotações e observações realizadas no diário de campo (Eixo 3) e documentos disponibilizados pela Coordenação da Escola (Eixo 4).

No Eixo 1, por a Escola possuir educadores com dois vínculos diferentes (carga horária, dinâmica organizativa e processo de chegada à Escola), foram escolhidos aqueles com maior vínculo ao curso técnico em Agroecologia. As entrevistas foram realizadas nas dependências de suas casas, nas cidades de Ituberá e Taperoá; gravadas e trechos selecionados foram transcritos no corpo do trabalho. Ao total, foram entrevistados seis educadores, entre eles o coordenador da escola e dirigente do Setor de Educação da Regional, ao qual a escola faz parte.

No Eixo 2, são reunidos diferentes materiais produzidos pelo MST, de forma a identificarmos características fundamentais de abordagem sobre Agroecologia. O principal critério utilizado na seleção foi buscar materiais que o próprio MST vem produzindo e tem recebido legitimidade pelas suas instâncias organizativas; por este motivo, são evitados utilização de elaboração de terceiros. Foram acessados os cadernos de formações, as cartilhas e revistas, disponibilizados na biblioteca online do Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil e empréstimos de militantes da organização.

No Eixo 3, foram realizadas anotações e observações livres, julgadas importantes ao longo das atividades acompanhadas.

No Eixo 4, foram disponibilizados materiais internos da Escola, como slides, síntese de reuniões, planejamentos, entre outros para análise.

O trabalho tangencia o formato comum, seja na estrutura seja na abordagem dos conteúdos. É propositalmente não delineado o que consiste em revisão de literatura e o próprio desenvolvimento do trabalho, pois os conteúdos teóricos apresentados têm relações diretas pelas necessidades de abordá-las, sendo fruto da vivência, não adequação da vivência a esta. Os resultados obtidos, diferentemente do costumeiro, são paralelamente debatidos no

desenvolver do trabalho, de tal maneira que desde os tópicos iniciais as considerações gerais, são permeados de posicionamentos, debates e conclusões sobre o abordado.

4. LUANA CARVALHO, UMA ESCOLA DE LUTA

A Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho (ETALC) é uma escola do campo, agroecológica e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST). Está localizada no Assentamento Josiney Hipólito, no Km 15 da zona rural de Ituberá, na estrada Ituberá - Gandu, Bahia.

A escola ganha o nome de Luana Carvalho em homenagem póstuma a uma educadora e militante do MST, da Brigada Costa do Dendê, Brigada onde a Escola se encontra. Ela se chamava Luana dos Santos Carvalho (1985- 2011), tinha a formação em magistério e foi a primeira pessoa que, sem sair da sua região, iniciou os estudos na universidade. Ela cursou até o 7º semestre de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Paraíba (UFPB), através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) quando, infelizmente, veio a falecer, consequência de um câncer. Mas o Trabalho de Base, as lutas, as caminhadas e todo seu trabalho em torno da educação, geraram diversos frutos, sendo o principal o levantamento de dados na região que quantificou a demanda por escolas, no caso o número de crianças, adolescentes, jovens e adultos que estavam em idade escolar, mas fora da escola; pessoas com os estudos incompletos; e matriculados nas escolas da cidade. Assim, não houve dúvida quando o Movimento conquistou uma escola, seria o nome dado para ela, Luana Carvalho.

Antes de avançarmos no estudo, é necessário uma compreensão mínima sobre o MST, já que esta é construída pelos seus militantes e está em um dos seus assentamentos.

4.1 MST - uma breve introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge como fruto, não exclusivo, dos acúmulos de diversas movimentações e movimentos sociais pelo acesso e direito à terra: a luta pela Reforma Agrária. Ao longo dos anos, foram formulados princípios, setores, concepções, parcerias e programas para Reforma Agrária (STÉDILE, 2012).

A gênese dos Sem Terra, propriamente dita, orienta-se pela experiência das Ligas Camponesas, que foi um movimento de origem nordestina que lutava pela Reforma Agrária, mas que com a ditadura militar de 1964, foi proibido e entrou, praticamente, em extinção pela repressão. E pela experiência do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) no sul do país, o qual em 1964, também foi proibido e entrou na ilegalidade. Durante a Ditadura, a luta pela Reforma Agrária foi reprimida, mas com a criação da Comissão Pastoral pela Terra (CPT) em 1975, ela volta a ter visibilidade. Assim, a CPT e setores mais progressistas da Igreja Católica - principalmente o campo da Teologia da Libertação - cooperaram ao processo de organização popular da luta pela terra, reforçando uma memória latente destes dois principais movimentos. Em 1984, como culminância de diversas atividades de mobilização, formação e campanhas, e com cenário político nacional de fortalecimento da redemocratização do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais surge (STÉDILE, 2012) e é “um movimento de massa que luta pela reforma agrária e que adota a ocupação de terras como principal forma de luta” (MST, 1990). O site oficial no Movimento nos diz que:

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizaram essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. (SITE DO MST)

Segundo Stédile (2012), o contexto dos trabalhadores do campo (envolvendo meeiros, bóias frias, sem terra, agricultores, etc) que culminaram na criação e nacionalização do MST foram:

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída - o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde vivem. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e sobretudo, na região onde vive. (STÉDILE, 2012, pág 19)

Para o Movimento, há dois motivos que, apesar da base social ser o camponês, não ganhou o nome de Movimento dos Camponeses Sem Terra. O primeiro, porque este termo não faz parte do vocabulário costumeiro do povo do campo e poderia provocar confusões,

além de não fazer parte da tradição da esquerda, pelo menos naquela época. O segundo, os camponeses são entendidos como fração da classe trabalhadora (STÉDILE, 2012). Estes dois motivos, acrescidos a abertura para participação de outros sujeitos que não eram camponeses, mas se identificavam, consolidou o movimento como Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra do Brasil e atualmente, está presente em 24 estados brasileiros e é sem dúvida um dos maiores movimentos sociais do campo do mundo.

O amor ao estudo, a luta contra o analfabetismo e pelo acesso à educação e ao conhecimento, na visão mais ampla, trouxe ao seio do MST, a demanda que sua organicidade desse conta desta pauta, desta cerca a ser rompida: da ignorância. Consequentemente e por necessidade foi criado o Setor de Educação, o qual trouxe um caráter à luta pela Reforma Agrária, de além de acesso à terra, mas os direitos historicamente negados à educação.

4.2 Uma escola de luta - continuando

Precisamos ter claro que o MST é fruto “das lutas concretas dos trabalhadores rurais sem terra” e “é uma forma dos trabalhadores de um município, de uma comunidade se articularem para conquista de direitos à terra” (MST, 1985). Compreendendo um pouco sobre os sujeitos que organizam-se e lutam, continuemos o estudo.

A apresentação de demandas, mesmo elas com os dados que justifiquem, não geram a mobilização do Estado para atendê-las, assim o MST assume as Marchas⁴ como instrumento de visibilidade e diálogo com a sociedade, mas também enquanto uma forma de mobilização de massa à pressionar a Estado para atender reivindicações (STÉDILE, 2012). Foi assim, com o estimado trabalho de Luana Carvalho e com a força de diversos companheiros na Marcha Estadual de Feira a Salvador de 2009, entre outras pautas, que a construção de uma escola foi conquistada e, depois de reuniões do MST, decidiram pelo Assentamento Josiney Hipólito, o local de sua construção.

As obras de construção tiveram início em 2010, porém por problemas na execução da obra e declaração de falência da empresa que ganhou a solicitação, elas não foram realizadas. Novamente, na Marcha de Feira a Salvador, de 2012, junto com a ocupação da secretária de

⁴ As marchas são grandes caminhadas realizadas pelo MST, na tentativa de dialogar com a sociedade seja para apresentá-la sua existência e luta continua (pautas, denúncias, etc) e temas de relevância social (STÉDILE, 2012).

Educação do Estado da Bahia, a pauta da continuidade, que na verdade era construção, ao menos de novo processo licitatório ocorra. As obras se iniciam ainda em 2012 e são finalizadas no ano de 2015, com diversos problemas relacionados a empresa, ao Estado e execução propriamente dita. Nesse mesmo ano, a ETALC já apresentava condições mínimas para começar as atividades, mesmo com o agravante de não ter acesso à água. Apesar da conquista da maior parte da estrutura significar seis anos de luta, de mesas de negociações e marchas, pôr em funcionamento seria o próximo desafio.

O primeiro desafio foi demandar para a instância do poder público, o Estado (o município e o estado) destinasse recurso ao seu funcionamento, assumindo suas devidas responsabilidades, afinal às escolas são públicas vinculadas as redes de ensino (MARTINS, 2015).

Novamente, esta pauta não teve êxito, mesmo com as estruturas fundamentais da escola em condições, forçando novas lutas. Antes das ações propriamente ditas, o MST volta-se as bases e realiza o I Seminário de Educação e Agroecologia. Em entrevista, o coordenador, educador e dirigente do setor de educação da Regional Baixo - Sul nos relata⁵:

E a gente, aí neste processo de trabalho de base mobilizamos os assentamentos e duas comunidades, neste momento fomos só até duas que foram os 25 e karim. E convidamos as pessoas prá um dia inteiro de debates sobre ‘Que escola é esta?’ e o MST apresentou a proposta de escola. A gente separou em grupos, grupos por comunidades, as pessoas debateram as propostas e deram o retorno de concordância, sugestões. Ficou mais nesta campo de concordâncias e sugestões, que aí vem os desafios e obstáculos – conversamos muito sobre isso também. Foi neste trabalho de base, né, baseado no diálogo, numa mistura de diagnóstico para entender e problematização das possibilidades, junto com as comunidades. E o Seminário de Educação do Campo e Agroecologia, onde o MST apresentou a proposta de escola, deu tipo 120 pessoas. O Seminário é uma proposta ali na microregião, um seminário para discutir com o povo do lugar, a proposta de escola antes da escola começar a funcionar, néh. Antes não, não é bem esta palavra, mas no processo da construção do funcionamento da escola e a conjuntura era condizente. Mas naquele momento foi assim, não me lembro o mês, é uma pena, não consigo me lembrar o mês, mas fizemos este seminário... (Educador, coordenador, Dirigente do setor de Educação da Regional Baixo Sul, Trecho da entrevista, Taperoá, 2019).

Como fruto do Seminário, a decisão, agora tomada, foi ocupar a Escola e fazer que ela funcionasse, pressionando o poder público. Sobre este processo, leiamos o relato abaixo⁶ que nos diz:

[...] tome de espalhar a notícia de que ‘o MST botou a escola pra funcionar’. Aí

⁵ Trecho da entrevista concedida pelo educador, coordenador e Dirigente do setor de Educação da Regional Baixo Sul, em sua casa, em Taperoá. Março de 2019.

⁶ Idem

tinha um grupo que ia, de dois em dois dias, com o jericó buscar água, lembro de alguns companheiros... aí os companheiros que tinham carros, tanto Nivaldo como Agnaldo transportaram os alunos, sem receber! Fazíamos juntos a correria do combustível. Eu articulava bastante do combustível, mas eles também ajudavam na correria. Outro grupo, ia limpar a escola, aí Dona Noélia é a principal figura nesta manutenção... aí foi funcionando. Muito desgastante, porque é na ideia, nas cabeças das pessoas a gente estava com uma escola clandestina né, na ideia e na realidade. Então, tinha muito receio de o ano ser invalidado, de o ano se perder, não tinha os professores adequados das disciplinas né – os quatro professores, três eram pedagogos e eu professor de história – não tinha pessoal com a formação adequada. Não tinha merenda né, não tinha água, mas conseguimos fazer funcionar, um mês e 22 dias. Não lembro as datas, mas lembro o tempo que durou, porque eu contava dia por dia, porque era muito trabalhoso e muito dispendioso, era todo dia buscar um recurso...era pra merenda, pelo menos um biscoito pros meninos né, aí muitos movimentos foram feitos neste sentido tanto de parcerias – como o sindicato dos professores – os companheiros que estão nos governos, estadual e municipais, doações das próprias famílias... vi muita gente doar trabalho. Aí a gente pressionando, descia para secretaria, mas ainda não estava dado uma condição para ocupação, na verdade na visão geral da política não tinha conjuntura... mas a gente ia engrossando a ida para as reuniões, a gente ia na primeira reunião 3 ou 4 pessoas, depois meia dúzia, depois 20, depois 30, chegamos a fazer reunião lá com mais de 50 pessoas, na secretaria de educação. Cada vez descendo mais gente, e cada vez o povo se empoderando mais pela aquela luta pela escola. Se empoderando do debate, aí neste aspecto foi um momento muito fantástico, porque o projeto da escola foi conquistando, aglutinando gente. Aí com estes um mês e 22 dias foi reconhecido a escola (...) isso em 2015. (Trecho da entrevista do dirigente do Setor de Educação do MST, Regional baixo Sul; educador e coordenador da ETALC, Taperoá, 2019)

A estratégia foi bem sucedida, fazendo que, inicialmente, o município assumisse o que lhe é de competência, o ensino fundamental II e, por isso, a ETALC, passa a funcionar, burocraticamente, pelo turno da manhã, enquanto anexo de uma escola já existente no assentamento, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ojefferson Santos. Com quatro educadores e uma funcionária dos serviços gerais, passam a funcionar as turmas de 6º e 7º ano do ensino fundamental. A estratégia de ocupar a escola foi novamente utilizada, agora no ano de 2016, reivindicando que o estado assumisse sua competência, o ensino médio e novamente a estratégia foi bem sucedida, sendo criada o anexo Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho, com a escola sede na cidade de Ituberá, a Escola Estadual Idelzito Eloy de Abreu. E em 2017 iniciou as turmas de Ensino para Jovens e Adultos (EJA) de ensino fundamental I e II, ambas sob a responsabilidade do município. Por fim, em 2018, o projeto Universidade Para Todos (UPT), vinculado a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) abre uma turma, no turno vespertino, na Escola (TABELA 1).

TABELA 1: Dados Gerais da ETALC

		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Escola Ojeferson Santos	Fundamental I	35	32	33	37	28	23
	Fundamental II	-	29	82	113	108	102
	EJA - FI	-	-	-	15	18	21
	EJA - FII	-	-	-	12	18	27
Escola Técnica em Agroeconomia Luana Carvalho	Ed. Profissional	-	-	36	54	69	64
	Universidade Para Todos	-	-	-	-	25	49
TOTAL		35	61	151	231	266	286
			74%	148%	53%	15%	8%

Fonte: Coordenação da Escola, 2019.

A escola de ensino médio profissionalizante, a ETALC, está vinculada a Rede Estadual de Ensino da Bahia, e, apesar de sua escola sede está vinculada a Rede Básica, as ementas aplicadas na ETALC é da formação profissionalizante. Ela orienta-se por três ementas complementares: da Base Nacional Comum (BNC), a do Curso Técnico em Agroecologia e Componentes Curriculares da Formação Técnica Geral (FTG) (BAHIA, 2016). Ou seja, a ETALC emite certidão de conclusão de ensino médio reconhecido pelo Ministério da Educação e possui um currículo que aborda Agroecologia de forma disciplinar. Atualmente, existe três currículos em andamento: um para as turmas do 1º e 2º ano do Ensino Médio, uma para turma do terceiro ano e um para turma do quarto ano (MST, 2019). A projeção é que 2021 seja aplicado somente um currículo com duração de três anos.

Estruturalmente, possui quatro salas de aula, uma biblioteca, uma videoteca, dois banheiros (internos) para educandos e um para educadores, dois banheiros externos de uso misto, uma secretaria, uma cozinha, um sistema de captação de água da chuva e, em construção, uma bacia de evapotranspiração. No entorno da escola, são realizados as práticas agroecológicas.

O balanço feito, em relação ao direito à educação, é que com quatro anos de funcionamento, a ETALC atende a demanda de sete comunidades rurais de Ituberá, nos níveis de ensino fundamental II, médio profissionalizante em Agroecologia, EJA nos níveis de fundamental I e II; e curso preparatório para universidade (MST, 2019).

5. LUANA CARVALHO - UMA ESCOLA DO CAMPO E DO MST

A orientação de construir a Agroecologia de forma transversal aos setores de sua organicidade, o MST incube ao seu Setor de Educação construir escolas, formações e atividades educativas deste caráter (MST, 2014). Por isso, a Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho, é acima de tudo um projeto de Escola do Campo (MST, 2019).

De início temos que entender que a educação é uma bandeira de luta forte dos movimentos sociais, pois o acesso ao conhecimento historicamente acumulado sempre foi restrito e/ou ferramenta ideológica de perpetuação da dominação da burguesia, através do Estado. As motivações, segundo Vendramini (2015) são bem objetivas e nos afirma que:

Considerando o analfabetismo e o baixo nível de escolarização da população rural, o difícil acesso às escolas, a sua precariedade e a baixa qualidade do ensino, bem como o conteúdo dissociado da realidade, compreendemos a importância da luta por escolas presentes na agenda dos movimentos sociais do campo. (VENDRAMINI, 2015, pág 54).

Mas a luta pela escolarização, não tem como fundamental somente o processo de acesso à educação formal, mas sim ao conjunto de “bens culturais, assim como comportamentos e habilidades construídos e consolidados ao longo da história humana” (CALDART, 2012, pág 215) que ela proporciona. Porém, as escolas implementadas no início do século XX, serviam mais para retenção das populações, do forte êxodo rural, e para capacitá-las para realizar procedimentos básicos do que proporcioná-la uma educação, no sentido amplo ao qual lhe cabe (VENDRAMINI, 2015). No sentido contrário a este entendimento, os movimentos sociais formulam sobre a Educação do campo, que segundo Caldart (2012) citando Kolling, Caioli e Caldart (2002, pág 19) nos afirma que:

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas para nós, a educação compreende os os processos sociais de formação das pessoas como sujeito de seu próprio destino. Neste sentido, a educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para participação social. (CALDART, 2012, pág 258)

Podemos reafirmar esta compreensão, com as canções contidas no Cantares da

Educação do Campo (MST, 2015). Vejamos uma canção produzida por Gilvan Santos (MST, 2006):

A educação do campo
do povo agricultor
precisa de uma enxada
de um lápis, de um trator
precisa educador
pra trocar conhecimento
o maior ensinamento
é a vida e seu valor
Dessa história
nós somos os sujeito
lutamos pela vida
e pelo o que direito.
(MST, 2006)

Como vemos, a luta por uma educação com elementos que compunham a realidade do campo é reivindicada, junto ao processo de escolarização. Junto a formulação de educação do campo, os movimentos direcionam que os educadores sejam – e tenham identidade - de classe trabalhadora (MST, 2000), pois cabe a estes conduzirem os processos educativos da sua própria classe (MST, 1996).

Pelos sujeitos construtores, sujeitos atendidos e o local ao qual são relacionada, a Escola é uma Escola do Campo que segundo Caldart (2012), podemos entendê-la como:

um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que tem implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de políticas públicas, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, pág 257).

Simultaneamente, em natureza, mas anterior as concepções de Educação do Campo , a Luana Carvalho é uma escola construída sobre os princípios da Educação do MST. A base da Educação do Movimento é a Pedagogia Socialista, com elaboração na forma de Pedagogia do Movimento, bebendo de diversos autores e produzindo cadernos sínteses que orientam suas ações..

Pistrak, educador socialista do início do século XX, tem em sua obra *Fundamentos da Escola do Trabalho* contribuições orientadoras até hoje. Sobre a escola construída pela classe trabalhadora, em contraposição a burguesa, ele nos diz que :

1. A escola deve dar aos alunos uma formação básica social e técnica suficiente para permitir uma boa orientação prática da vida; 2. Ela deve assumir, antes de tudo, um caráter prático a fim de facilitar ao aluno a transição entre a escola e a realidade integral da existência, a fim de capacitá-lo de compreender seu meio e a se dirigir autonomamente; 3. Ela deve acostamá-lo a analisar e a explicar seu trabalho de forma científica, ensinando-lhe a se elevar do problema prático à concepção geral teórica, a demonstrar iniciativa na busca de soluções. (PISTRAK, 2011, pág 73)

As contribuições de Pistrak são as bases para a elaboração de um dos principais Cadernos do Movimento sobre educação, chamado de “Caderno de Educação N° 08 - Princípios da educação do MST” (1996). Apresentado em dois grupos de princípios que orientam a atuação do Setor de Educação, consequentemente de seus educadores(as): os Princípios Filosóficos e os Pedagógicos.

Os Princípios Filosóficos são definidos como:

[...] dizem respeito a nossa visão do mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho da educação no MST. (MST, 1996, pág 4).

E são apresentados em cinco, sendo eles:

:

1. Educação para transformar a realidade. Educação de classe, massiva e orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta ao novo. 2. Educação para o trabalho e cooperação. 3. Educação voltada para várias dimensões da pessoa humana. 4. Educação com/para valores humanistas e socialistas. 5. Educação enquanto processo permanente de formação/ transformação da realidade. (MST, 1996, pág 10)

Os princípios pedagógicos são definidos sendo aos que (MST,1996):

[...]se referem ao jeito de fazer e de pensar educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especificamente a reflexão metodológica dos processos educativos. (Caderno da Educação N° 08, 1996, pág 4)

E são sintetizados em 13, descritos abaixo:

1. Relação entre teoria e prática. 2. Combinação metodológica entre processos de ensino e da capacitação. 3. A realidade enquanto base da produção de conhecimento. 4. Conteúdos formativos socialmente úteis. 5. Educação para o trabalho e pelo trabalho. 6. Vínculo orgânico dos processos educativos e processos políticos. 7. Vínculo orgânico dos processos educativos e processos econômicos. 8. Vínculo orgânico dos processos educativos e cultura. 9. Gestão

democrática. 10. Auto organização dos/as estudantes. 11. Criação do coletivo pedagógico e formação permanente dos educadores/as. 12. Atitude e habilidade de pesquisa. 13. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. (MST, 1996, pág 24)

Já existe uma vasta literatura sobre esses princípios, suas materialização nas escola do MST. Neste trabalho, debateremos eles na medida que surjam a necessidade, seja pela sua ausência seja por estar presente nas atividades da ETALC.

Assim, por possuir as características citados por Caldart (2012), por seguir os Princípios da Educação do MST e ser resguardada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pelo Decreto nº 7352, de 2010, reforça que a ETALC é uma Escola do campo. Agora, vejamos o que nos diz os marcos legais sobre Educação do Campo.

De início, entendamos que os marcos legais são reflexos da correlação de força na disputa pelo Estado e comportamentos de uma determinada sociedade. Eles podem ter natureza de garantir o acesso a direitos, à preservação de interesses e à manutenção de privilégios, bem como na condução da consciência coletiva sobre diversos temas e na regulação dos pactos e comportamentos sociais (BRASIL, 1988). A luta pela educação é sem dúvida a luta por acesso ao conhecimento historicamente acumulado e sistematizado pela humanidade, bem como a disputa pela ferramenta ideológica. O MST e outros movimentos sociais do campo, deram contribuições significativas na luta pelo direito à Educação do Campo (CALDART, 2012). Enfim, temos os marcos legais da Educação do Campo, encontram-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, e no Decreto nº7352, de 2010, sendo acrescido do documento “Educação do Campo: marcos normativos”, de 2012, formulado com a pretensão de elucidar as duas legislações aos debates os quais os geraram.

A LDB nos diz, no Artigo V, Cap. II, Seção I o seguinte:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996)

Apesar de representar um avanço, no que se refere à garantia de um direito

constitucional à Educação, a LDB, em diversos aspectos, precisou ser reforçada, reformulada ou acrescentada. Assim em 2010, sobre os princípios da educação do campo. Vejamos, abaixo (BRASIL, 2010):

Art. 2º São princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Atualmente, a Escola (FIGURA 1) atende sete comunidades, sendo quatro assentamento: Lucas Dantas (MST), Josiney Hipólito (MST), Margarida Alves (MST) e Karin (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituberá); e três que não são assentamentos: comunidade dos km 25, dos km 22 e Fazenda Lagoa.

A dinâmica organizativa da ETALC, experimentada atualmente, possui três principais eixos interseccionados, sendo eles: produtivo, cabendo a este pensar quais práticas devem ser realizadas pelos educandos, bem como produzir, organizar e comercializar nas feiras e atividades; pedagógicos: cabendo orientar o corpo dos educadores nos processos educacionais, desde preenchimentos das burocracias até orientações sobre posturas e princípios; e administrativo, cabendo-lhe manter em dias a burocracia da Escola, desde matrícula a cartas de estágios, entre outros (MST, 2019).

A Escola é de livre acesso a qualquer pessoa, seja para ir conhecê-la, diminuindo os abismos comunidade e escola, ficando mais restrito seu acesso entre o fim das atividades noturnas e início das atividades matinais. Além disso, regularmente a direção do Assentamento Josiney Hipólito solicita sala para realização de reuniões da comunidade. Comunidade a qual sempre ao fim do ano, realiza avaliações sobre a atuação e posturas dos educadores, motoristas, militantes do MST.

6. LUANA CARVALHO - UMA ESCOLA AGROECOLÓGICA DO MST

O MST direciona a construção da Agroecologia, em contraposição ao agronegócio, mas este entendimento é fruto do amadurecimento da organização na análise dos processos do capitalismo para o campo e das diversas contribuições na construção de uma saída ao modelo catastrófico da modernização da agricultura.

Ao ser incentivado a falar de Agroecologia, o Dirigente do setor de Educação da Regional Baixo sul⁷, introduz a questão relatando:

“Aquela região ali, foi projeto piloto de duas empresas, na busca de formatação de uma proposta de desenvolvimento pro campo, néh?! Um modelo de vida no campo. o primeiro experimento foi através do complexo da Odebrecht e o segundo da Michelin. Então, o que estes experimentos fizeram: etapa 1 - expropriação da terra do campesinato para planta básica dos empreendimentos; etapa 2 - criação de redes produtivas que subalterne os camponeses que não perderam a terra, sob uma aparência de integração a cadeia produtiva da empresa, eles criaram cooperativas para associarem os camponeses [...] pra conduzir a produção do campesinato de toda região. Este projeto se inicia com um pouco mais de 40 anos. Outra etapa, a 3 - implementação de escola públicas para formar os filhos do povo camponês naquela perspectiva; e 4 etapa - implementação de agroindústrias [...] Assim o camponês agora pode ter seu palmito engarrafado, com lacre, tudo bonitinho, ele é associado, é cooperado neh?! Ele paga uma taxa pra usar, mas tem acesso ao beneficiamento. Assim se dar com a criação de peixe da Odebrecht, quanto eles entregam, o alevino, entrega a ração e vai pega o peixe e paga um percentual ao camponês. Faz com que o camponês, que é dono da represa que é em sua terra, ganhe menos que o trabalhador que é contratado para trabalhar pela odebrecht. E lá na região, as escola pública, era, o povo chama de grisa - que é Casa Jovem - que é um modelo de escola rural, com o projeto político todo privado, que visa na formação da mão de obra para estes empreendimentos que a empresa estava fazendo. E uma formação de nível técnico, de equipamentos, de educadores inclusive de nível elevado, com uma boa estrutura. quem estudava nas escola técnicas da Odebrecht, lá naquela região, na sua formação técnica é, tinha aula nas hidrelétricas [...] Só que isso gerou um processo de manutenção da pobreza, ai se você observar as taxas de desemprego, de violência, de como Ituberá é um cidade urbana, por que se você pegar, depois de valença, é a cidade com maior concentração urbana na costa. Tudo resultado deste modelo, da concentração de terra. [...] o MST entende que, se estamos disputando o território com estas forças, e se na disputa do território os sujeitos atuam na totalidade. Olhe só como é a ação do agronegócio do território, pensa a totalidade da sociedade. a atuação do MST também precisa pensar a totalidade [...] Trecho de entrevista do Educador, Coordenador da ETALC e Dirigente do Setor de Educação da Regional do MST, 2019.

⁷ Entrevista concedida pelo Educador, coordenador da ETALC e Dirigente do Setor de Educação. Entrevista realizada em sua casa, Taperoá, no dia 28 de outubro de 2018.

Mas para entendermos melhor as questões apresentadas, faz-se necessário alguns delineamentos.

6.1 Agronegócio - uma breve apresentação

Delgado (2012) nos diz que “a agricultura capitalista, autodenominada agronegócio” é resultado de processos históricos no Brasil. No período militar, com a chamada “modernização conservadora” que consiste na modernização – cabe aqui entender modernização enquanto implementação da Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos – dos sistemas agrícolas sem a modificação das estruturas fundiárias e, conjuntamente, a exclusão dos trabalhadores rurais e agricultores familiares de projetos e créditos, sendo o Estado fundamental neste processo. Vejamos a síntese deste período por Delgado (2012):

A história econômica brasileira do período militar revelou um processo de concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema financeiro de créditos públicos à agricultura e à agroindústrias e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura. Esse processo, do ponto de vista da acumulação de capital, tem o caráter de um pacto da economia política, em sua acepção clássica e é fundamentado na organização dos interesses hegemônicos de classe sociais no interior do aparelho do Estado. (Delgado, 2012, Pág 91)

Apesar de já estar presente na “modernização conservadora”, a presença do capital financeiro na agricultura, dá-se de forma crescente e determinante à configuração do agronegócio, a partir dos anos 90, sendo dependente dos “mercados organizados – de terra, de créditos e dos complexos industriais” (DELGADO, 2012). Assim, como os capitais são heterogêneos nos seus interesses específicos, há necessidade de um acordo, um pacto entre as burguesias (industrial, financeira e agrária) orquestrado pela manifestação na esfera pública deste pacto, o Estado e as suas políticas públicas.

O entendimento sobre agronegócio não pode, jamais, ficar limitado ao manejo agrícola convencional ou aos pacotes da Revolução Verde, utilizados em suas áreas de atuação e capilarizado para boa parte do campo atual (CAPORAL, 2014) como já vimos. Iniciando, com uma síntese sobre agronegócio e, posteriormente, de sua relação com o campesinato, Krauser (2015) nos dá contribuições esclarecedoras, afirmando certamente que o agronegócio é projeto do capitalismo ao campo. Krauser (2015):

[o agronegócio é] a face do capitalismo no campo e sua forma de produção, agroindústrias e comercialização da produção respondem aos interesses da burguesia. Tem como finalidade o lucro e acumulação do capital. [...] Para o agronegócio avançar é necessário destruir comunidades camponesas, se apropriar do território destas ou destruindo seu modo de vida, da mesma forma a reprodução e recriação camponesa implica na tomada de território do agronegócio e a destruição de sua forma de produção e acumulação capitalista. (KRAUSER, 2015, p. 9)

Complementando com um trecho da Cartilha Programa Agrário do MST (2014), temos que:

No modelo do agronegócio está contemplada uma parceria ideológica de classe entre os grandes proprietários da terra e os empresários dos meios de comunicação da burguesia, em especial televisão, revistas e jornais, que fazem a defesa e a propaganda permanente das empresas capitalistas no campo como único projeto possível, moderno e insubstituível. Além da pressão econômica a reprodução ideológica dos interesses de classe das classes dominantes é agora realizada pelos meios de comunicação de massa. (MST, 2014, pág 15)

Para finalizar alguns elementos do agronegócio, já é possível constatar duas superexploração: da natureza e do homem. Da primeira, já é amplamente constatada, desde danos à biodiversidade de fauna e flora, a manutenção, em muitos casos o desaparecimento, de ecossistemas, entre outros (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2002), ou seja, muda as diversas formas equilibradas que o camponês construiu na relação homem x natureza ao longo de sua história, em uma relação de cuidado e pertença. A segunda, dá-se em três formas: “intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor a sua força de trabalho” (MARINI, 2000).

As consequências do agronegócio nas suas múltiplas insustentabilidades, da exploração e desaparecimento de comunidades tradicionais e do modo de vida camponês, nos determina, conjunturalmente e historicamente, o dever de construir uma estratégia de contraposição. Uma estratégia agregadora de conhecimentos, de enfrentamento e de construção de unidade.

6.2 Agroecologia - construindo uma contraposição

A partir da compreensão mais ampla sobre o agronegócio, precisamos então formular sua antítese, a Agroecologia, de tamanha envergadura. Ela é antítese pois a classe

trabalhadora possui, segundo Vázquez, sintetizando Marx e Engels (2011), em sua natureza “uma série de antíteses objetivas: com a riqueza, com a propriedade privada e, finalmente, com a burguesia” (VÁZQUEZ, 2011).

Agroecologia, nas suas dimensões, traz em si, contraposições ao projeto capitalista, o agronegócio, sendo impossível a coexistência pacífica entre ambos. Na formulação de uma antítese, o fundamental é a prática, pois “a prática não só funciona como critério da validade da teoria, mas também com seu fundamento, já que permite superar suas limitações anteriores mediante seu enriquecimento como novos aspectos e soluções” (Vázquez, 2011), ou seja, traçar bases sólidas, conceituais e enraizadas pela prática e pelo processo dinâmico de fazer e refazer, é um princípio orientador à construção da Agroecologia.

De início, precisamos construir uma crítica radical – que é aquela que busca a crítica ao fundamental, “a raiz do problema” - e, posteriormente, identificar o(s) sujeito(s) o qual deve fazê-la (MARX, 1997; VÁZQUEZ, 2011), ao agronegócio. A crítica radical formulada é à sociedade de classes e suas consequências, principalmente a propriedade privada e a apropriação individual dos recursos naturais, fazendo que, por consequência, sua antítese possua características opostas: uma sociedade sem classes, sem propriedade privada e uso coletivo dos recursos naturais. E o único sujeito capaz de formular uma crítica verdadeiramente radical é a classe trabalhadora – no sentido mais amplo, englobando os povos tradicionais, povos do campo, trabalhadores da cidade e do campo – pois possui em si a missão histórica da transformação da sociedade capitalista (MARX, 1997) e por isso, a formulação e a construção de caminhos alternativos e de antítese ao agronegócio, é tarefa do proletariado e de seus movimentos, cabendo-lhes também a tarefa de formular teoricamente sua prática. Porém, é errônea a postura de descartar as contribuições teóricas já elaboradas, mas também é errônea não passá-las pelo crivo do proletariado, determinando-as suas validades a si, enquanto classe, e as suas práticas, as táticas para superação da sociedade classista. Por fim, nos alerta Marx (1997) “em um povo, a teoria só se realiza na medida em que é a realização de suas necessidades”.

Posteriormente, devemos construir de forma dialética, uma Agroecologia que der respostas objetivas às demandas: 1) relacionadas à produção agrícola e comercialização; 2) coopere para sua elevação de consciência de classe e defesa do modo de vida; e 3) reforce as frentes de luta entre as classes. Todas três fundamentais demandas são consequências ou necessidade de responder a sociedade de classe, sendo a primeira, fruto dos sistemas de

produção do agronegócio implementado por políticas públicas (CAPORAL, 2004), pressões econômicas e sociais que tornaram insustentáveis, ecologicamente, economicamente os sistemas agrícolas difundidos nos territórios camponeses; a segunda, o fortalecimento do modo de ser camponês, bem como suas manifestações identitárias – cultura, sociabilidades, economia etc – , acesso à terra e ao território e o entendimento classista da realidade a qual está submetida como princípio de análise do mundo; e por fim e culminante, a terceira, que consiste na construção de uma sociedade livre da opressão, livre do sistema de opressões provocadas pela classe dominante, fortalecendo as lutas, no campo e na cidade.

Dialogando de forma transversal, a construção do caminho de superação da sociedade de classe, ou seja, da construção da revolução – ou da crítica radical à sociedade capitalista – tem fundamentalmente três pilares, não lineares e/ou pré-requisitos, mas inter-relacionados: a consciência de classe; a tomada dos meios de produção e a quebra da hegemonia da força pelo Estado burguês (LÊNIN, 2010). A Agroecologia fornece táticas necessárias para alcançar ao menos dois dentre estes três: 1) colaborar para que o “proletariado adquira consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e a necessidade e condições de sua libertação” (VÁZQUEZ, 2011); e 2) alterar questões materiais objetivas seja nas relações de produção seja na conquista dos meios de produção ou qualificação nos que já possuem, fortalecendo as formas

As duas afirmativas radicais – a superação da sociedade capitalista e o sujeito construtor dessa superação é classe trabalhadora – trouxe duas consequências ao desenvolvimento da Agroecologia. A primeira, mesmo que gerida inicialmente nos espaços acadêmicos, os precursores da Agroecologia são direcionados, pela necessidade de ver modelos práticos, para pesquisar agriculturas mais sustentáveis, aproximando-os do estudo dos agroecossistemas dos povos tradicionais, a agricultura camponesa e trabalhadores do campo. (CALDART, 2012). Nessa aproximação, um novo entendimento é concebido, como nos diz Caldart (2012):

[..] está em gestação uma concepção mais recente de agroecologia, ainda mais ampliada: a partir da prática dos movimentos sociais populares do campo, que não entendem “a” saída tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola, mas que a percebem como parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza. (Caldart, 2012, pág 63)

Esta “concepção mais recente da agroecologia” não é hegemônica, ou seja, há diversas concepções e definições coexistem, os quais podemos agrupar (SMITH, 2016) segundo suas características marcantes, a sua visão à Agroecologia. Vamos conhecer melhor as correntes que os educadores da ETALC vem referindo-se e são eles: visão ecológizante (Altieri e Gliessman) e visão extensionista (Caporal e Costabeber).

6.2.1 Agroecologia - as contribuições de Altieri e Gliessman

A insustentabilidade ambiental e as consequências da agricultura moderna, bem como a matriz tecnológica proposta da Revolução Verde, demandou, seja pelos ambientalistas e ativistas, que sensibilizaram a sociedade às consequências, uma agricultura que preserve a natureza. O processo de ecológização da agricultura, denominado de agroecologia desde 1930 (GLIESSMAN, 2000), se populariza com a proposta apresentada por Altieri e, posteriormente, por Gliessman.

Inicialmente, temos que salientar que a ecológização da agricultura já era proposta por diferentes sujeitos, os quais os agrupamos nas chamadas agriculturas alternativas. Porém, em um dos seus mais importantes livros, *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*, Miguel Altieri, em 1980, nos apresenta o aprofundamento da perspectiva ecológica sobre a agricultura, tornasse um marco referencial. Em sua abordagem, reafirma o termo agroecologia e reivindica-a enquanto ciência (ALTIERI, 2012) e no capítulo intitulado de “Bases conceituais e metodológica da Agroecologia”, ele nos diz que “(...) a ciência da Agroecologia, que é definida como a aplicação dos conceitos e princípios para desenhar agroecossistemas sustentáveis, oferecendo uma base mais ampla para avaliar sua complexidade.” (ALTIERI, 2012, Pág. 104 e 105).

Os agroecossistemas são resultados das alterações antrópicas no meio ambiente com o objetivo de extrair dele produtos, vegetais ou animais (ALTIERI, 2012), ou seja, a artificialização dos ecossistemas. No modelo da Agricultura Moderna, os agroecossistemas são altamente artificializados, reduzindo ao máximo as interseções existentes no ecossistema manejado, de maneira a produzir monocultivos, com ausência de micro e macro fauna e grandes alterações na paisagem (CALDART,2012; GLIESSMAN, 2002). Em contraposição ao modelo de agroecossistema da agricultura moderna, Altieri (2012) nos diz que “a proposta da agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e

os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos” (ALTIERI, 2012, pág 105).

Ao agroecossistema cabe dizer que é “a unidade básica de análise e interações” (CALDART, 2012), vejamos o que nos diz Altieri (2012):

[...] A Agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis. (ALTIERI, 2012, Pág. 105)

E continuando (ALTIERI, 2012):

A Agroecologia disponibiliza o conhecimento e as metodologias necessárias para desenvolver uma agricultura que seja ambientalmente adequada, por um lado, e altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável, por outro. (ALTIERI, 2012, Pág. 113).

Assim, na visão de Altieri, a Agroecologia corresponde a esta saída para múltiplas crises as quais vivemos, atuando em três principais dimensões da vida humana. Está compreensão é influenciada pela corrente do ecodesenvolvimentismo. Consiste em pensar na não concentração das populações, na promoção de melhorias sociais e econômicas, sem deixar de pensar na cultura e no meio ambiente (FILHO, 1993).

Outro nome marco da Ecologização da Agricultura é Stephen Gliessman. No seu livro *Agroecologia, procesos ecológicos em agricultura sostenible* de 2002, nos apresenta de forma sistemática uma crítica à agricultura moderna, a sua insustentabilidade e apresenta os critérios para uma agricultura sustentável, a agroecologia (GLIESSMAN, 2002).

As características e elementos que compõe a agroecologia, bem como seus desafios são apresentados por Gliessman. Leiamos abaixo um trecho de seu livro, debatendo sobre “La papel de agroecologia” (GLIESSMAN, 2002):

La agroecología provee el conocimiento y metodología necesarios para desarrollar una agricultura que sea, por un lado ambientalmente adecuado y por otro lado altamente productiva y económicamente viable. Esta establece condiciones para el desarrollo de nuevos paradigmas en agricultura, en parte porque prácticamente elimina la distinción entre la generación de conocimiento y su aplicación. También valoriza el conocimiento local empírico de los agricultores, el compartir este conocimiento y su aplicación al objetivo común de sostenibilidad. (GLIESSMAN, 2002, pág.13)

Com a mesma visão de Altieri, Gliessman (2012) demarca que as agriculturas mais sustentáveis, sob o ponto de vista agroecológico, são aquelas que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, sejam capazes de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: (a) baixa dependência de inputs comerciais; (b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; (c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; (d) aceitação ou tolerâncias das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; (e) manutenção, a longo prazo, da capacidade produtiva; (f) preservação da diversidade biológica e cultural; (g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e (h) produção de mercadorias para o consumo interno antes de produzir à exportação (GLIESSMAN, 2002).

Por fim, ao longo dos trabalhos destes autores, a abordagem ecológica na apresentação da Agroecologia, abordagem e defesa essas que são de grande importância, pois muitas das técnicas aplicadas, sejam elas de comunidade tradicionais, povos do campo, trabalhadores rurais e/ou dos centros de pesquisas, são repetidamente questionada sua validade científica. Caporal e Costabeber nos diz que Altieri “tem definido a Agroecologia como um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica” (CAPORAL E COSTABEBER). Podemos extrapolar esta afirmativa para Gliessman.

6.2.2 Agroecologia - as contribuições de Caporal e Costabeber

Para Caporal e Costabeber (2004), a Agroecologia deve ser “entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Esta formulação é complementada com a sua relação com outros campos dos conhecimentos, como nos afirmam (CAPORAL e COSTABEBER, 2004):

[...] Agroecologia se nutre de outros campos de conhecimentos e de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimento e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos mais amplos e com maior capacidade de orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistema sustentável, mas também rural e sustentável. (Caporal e Costabeber, 2004, Pág 108)

Segundo tais autores, ela tem, ao menos “seis dimensões relacionadas entre si” e com “hierarquia” que são: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível). (CAPORAL e COSTABEBER, 2004) Aqui se faz necessário, ao menos, apresentá-las de forma sintética. Em ordem que foi citada, caminhemos.

A dimensão ecológica corresponde a “manutenção e recuperação dos recursos naturais”, aprimorando os manejos aplicados na superação de práticas insustentáveis, construindo alternativas aos insumos químicos e manejos convencionais, bem como aumentando a agrobiodiversidade dos agroecossistemas. Ainda é acrescido para esta dimensão, a “preservação e/ou melhorias das condições físicas, biológicas e químicas do solo”. Por fim sistemáticos, nos dar indicadores, que são:

- a) conservação e melhoria das qualidades físicas, químicas e biológicas do solo;
- b) utilização e reciclagem de nutrientes; c) incremento da agrobiodiversidade funcional; d) redução do uso de recursos naturais não renováveis; e) proteção dos mananciais e da qualidade da água; f) redução das contaminações por agrotóxico; g) preservação e recuperação da paisagem natural. (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, pág 113).

A segunda dimensão, econômica corresponde às estratégias aplicadas à Economia Ecológica e Financeira. Na primeira, o foco é possibilitar “resultados positivos energéticos dos cultivos e criações”, sem deixar de pensar inter-geracionalmente, e diminuir a entrada de insumo externos. Na segunda, sendo interseccionada com a primeira, consiste em diminuir os custos monetários de produção, reduzindo energia não renovável e de fora da unidade de produção familiar junto com a estratégia de mercado de “circuito curtos” e regional (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A dimensão social inclui “a busca contínua de melhores níveis de qualidade de vida” e preocupa se com a equidade “intrageneracional” e “intergeracional”, sendo seus parâmetros (CAPORAL E COSTABEBER, 2004):

- a) produção de subsistência (quali-quantitativa) nas comunidades rurais. b) auto abastecimento local e regional; c) qualidade de vida da população rural; d) acesso à educação. e) acesso a serviço de saúde e previdência social; f) autoestima das famílias rurais. g) adesão à formas de ações coletivas baseadas em processo participativos. (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, pág 113)

A dimensão cultural é o reconhecimento e a valorização da cultura produzida em cima da agricultura, bem como a produção de conhecimentos produzidos pelas comunidades. Contudo, práticas “que sejam culturalmente determinadas mais agressivas ao meio ambiente e prejudiciais às relações sociais e as estratégias de ação coletivas, não devem ser estimulada”(Caporal, 2004). Superada este “contudo”, a Agroecologia deve relacionar-se com eles de forma que, segundo Caporal e Costabeber (2004):

Os saberes, os conhecimentos e valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados com ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espalhar a identidade cultural das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema. (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, pág 114).

A penúltima, a dimensão política, permeia os “processos participativos e democráticos” e “com as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população rural” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). A Agroecologia deve estimular a participação política nas comunidades, bem como compreender e posicionar-se diante das políticas mais globais (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Por fim, a dimensão ética que compreende a dimensão dos contratos, sociais e ecológicos, correspondendo para uma mudança, uma nova ética em relação à natureza, de forma ampla, e ao homem humanizado. Esta nova ética é específica para cada local, cada momento histórico, mas se fundamenta-se na solidariedade, na sua compreensão mais ampla (entre indivíduos, entre grupos, famílias, etc) ao longo das gerações e dentro da própria (Caporal 2004).

Dimensionando a Agroecologia, Caporal e Costabeber, contribuem para sua complexidade, agrupando-as em níveis e hierarquizando-as – propondo um formato piramidal –, eles nos direcionam a pensar que existe uma ordem que dialoga de forma mais concreta ao menos concreto, do mais sensível ao menos sensível. Assim, as três primeiras – a base da pirâmide –, são ao mesmo tempo sustentadora e consequência das duas superiores e esta da base da pirâmide. As intervenções, para serem exitosas deverão observar de forma atenta, as suas ações e consequências, buscando alcançar gradualmente atuar em mais dimensões, ou seja, caminhar transições nas seis dimensões apresentada. A figura abaixo (FIGURA 2), nos apresenta o mapa mental proposto pelo autores (Caporal, 2004).

Porém, apesar desta didática e cientificamente mais ampla, se comparada a Altieri ou outros autores da ecologização da agricultura, forma de apresentar a Agroecologia, há contribuições de Caporal e Costabeber nas áreas de extensão rural e desenvolvimento rural, formulando sobre “desenvolvimento rural sustentável” e “extensão rural agroecológica”. Caminhemos nas suas contribuições, explicitando que não é objetivo deste trabalho apresentar de forma profunda, mas sim apresentar as principais observações e proposta dos autores citados.

Ao nos apresentar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Caporal defende que tenha como tripé: a natureza pública (Bem Público), agroecológica; e que promova desenvolvimento sustentável. Conheçamos cada parte deste tripé.

Ao apresentar a natureza das ATER pública e privada, Caporal afirma que a primeira é (ou deve ser) focado no desenvolvimento sustentável da sociedade nas diversas dimensões e, a segunda, focada no “lucro e os resultados do seu negócio” (CAPORAL, 2007). Portanto, é dificultoso a promoção do desenvolvimento rural sustentável sem ATER pública, pois o “desenvolvimento sustentável e os mecanismos de mercado não são compatíveis com o conjunto de dimensões que envolvem a busca de sustentabilidade” (CAPORAL, 2007). Nos últimos anos, como consequência da lógica neoliberal para Ater, promove o desmonte a primeira rumo a privatização. Esse processo é visível no desencadeamento de alguns fatos como, por exemplo, do fechamento da Embrater, em 1990 (CAPORAL, 2007) e das chamadas públicas de prestação de serviços no ano 2012 (Diário da União, 2011). Ou seja, reduções nos orçamentos e de visibilidade das Empresas Públicas de ATER, cooperaram para seu sucateamento e, como proposta do capital, é a privatização do serviço. Em contraposição, o autor defende que “cabe ao Estado, financiar e manter funcionando os serviços de Extensão Rural, para os agricultores que não podem ter acesso a outros meios e formas de obtenção de informações necessárias para o desenvolvimento e qualificação de suas atividades. (CAPORAL, 2007), ou seja, ele defende que a ATER é um Bem Público, cabendo às estruturas estatais seu zelo.

Ser um Bem Público e de competência do Estado não significa que necessariamente promova o desenvolvimento rural, muito menos o sustentável, pois, como é de amplo conhecimento, diversas esferas públicas foram executoras de políticas de promoção, fortalecimento e implementação da Modernização Conservadora. Podemos destacar as “Universidades e Escolas Agrícolas, assim como pelas instituições de pesquisa (incluída a

Embrapa, a partir de 1973)” (CAPORAL, 2007). Assim, precisamos considerar um novo olhar e compreensão para desenvolvimento, superando os modelos convencionais e ecotecnocrática de desenvolvimento, baseados unicamente em parâmetros econômicos e produtivos. Caporal (2007) nos propõe:

[...] a noção de desenvolvimento sustentável, ainda que limitada, expressa a necessidade de outros estilos de vida de consumo e de produção, capazes de assegurar a preservação da base de recursos naturais da qual dependemos, e da qual dependerão as futuras gerações. (CAPORAL, 2007, Pág 23)

A Extensão Rural Agroecológica consiste, segundo Caporal (2007, apud Caporal 1988):

[...] um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologia de aprendizagem e ação participativa (AAP) que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo possam atuar na construção e sistematização de conhecimentos que lhes permita incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (CAPORAL, 1988).

Por consequência da definição, Caporal nos apresenta dois grandes eixos ou campos os quais devem ser superados: a relação agricultor e extensionista; e matriz tecnológica. No referente ao primeiro, realça que já não cabe autoritarismo, pois “agricultores e técnicos têm igual papel nos processos de construção de estratégias de desenvolvimento, assim como na adaptação de tecnologias adequadas para as situações locais e específicas, onde atuam” (CAPORAL, 2007). E na segunda, transitar das tecnologias convencionais para uma matriz tecnológica agroecológica. Por fim, deverão estar atento às redes sociais das comunidades, o processo de construção de sociabilidades pelos elementos culturais e de produção e coevolução social e ambiental e, somente assim, poderá construir uma Extensão Rural Agroecológica, valorizando os potenciais endógenos (CAPORAL, 2007).

Como desfecho, devemos compreender sustentabilidade do ponto de vista ecológico, econômica e social, ou seja, se vamos pensar o que é sustentável, ao menos estes três aspectos devemos observar e monitorar, de forma que as agriculturas praticadas seja interventoras o mínimo possível nos ecossistemas, garantindo sua existência a longo prazo;

tenha resultados econômicos positivos; e garanta a continuidade das comunidades, agora e no futuro. (CAPORAL, apud DALY e GAYO, 2004).

As amplas e delineadoras contribuições destes autores, conduz-nos a concluir que qualquer confusão ou tratar da agroecologia de forma sinônima a agricultura alternativa ou ao conjunto de práticas agrícolas não convencionais, é um equívoco (CAPORAL, 2007). Devemos ter isto claro ao pensarmos Agroecologia de forma não reducionista à ecologização da agricultura.

6.2.3 MST e Agroecologia

O MST existe a, oficialmente, 35 anos, e foi no seu IV Congresso Nacional, em 2000, que a Agroecologia oficializou-a como uma das suas bandeiras de luta, fruto de uma longa caminhada e desafio de sua construção na práxis.

A organização, segundo as militâncias mais velhas e alguns poucos materiais acessíveis, foi influenciada durante um longo período pela proposta/modelo de Reforma Agrária Clássica, sendo assim chamada porque foi implementada em diversos países capitalistas e, por isso mesmo, atua na modificação das estruturas fundiárias, encarada como atraso ao desenvolvimento - o latifúndio atrasado - e de pequeno acesso ao crédito do país. Porém, este modelo de reforma agrária, não debate matriz tecnológica de produção, logo o MST também incorpora elementos, os quais, em um futuro, serão julgados como incoerentes.

As primeiras formulações do MST não apresentam, explicitamente, uma proposta de matriz tecnológica ou modelo de agricultura, mas sim ao processo organizativo ao trabalho na terra (MST, 1989). Por isso, há possibilidade para a reprodução de pacotes tecnológicos da Revolução Verde, como podemos observar na orientação dada que diz:

Desenvolver, através da cooperação agrícola, a apropriação da tecnologia disponível, estimulando a mecanização de todas as atividades possíveis e aumentando a escala de produção, de forma adequada à realidade sócio-econômica e de recursos naturais do assentamento. (MST, 1989, pág 19)

Assim, as práticas de monocultura, do uso de agrotóxicos, de maquinário pesado de forma irracional e a continuação das culturas presentes nas áreas destinada à Reforma Agrária foi - e, em alguns casos, ainda é - elemento marcante. Simultâneo e paralelo, podemos

observar no mesmo Caderno de Formação, outra orientação que nos diz para “desenvolver um trabalho de educação entre as famílias assentadas, principalmente entre jovens e crianças, sobre a importância da preservação dos recursos naturais (fauna, flora, solo e água)”. Orientação está, reforçada na cartilha “Rumo ao II Congresso Nacional - nossas reivindicações” (1990), onde as preocupações com o meio ambiente é destacada, sendo, a nona pauta, a luta por “Políticas de estímulo à preservação do meio ambiente, recuperação e conservação do solo e de reflorestamento nos assentamentos” (MST, 1990).

No Programa de Reforma Agrária de 1995, o MST apresenta críticas ao projeto do capitalismo para o campo - à modernização conservadora - desde questões econômicas, sociais e ecológicas (MST, 1995), mas agora objetivas e diretas colocações à matriz tecnológica imposto ao campo. Vejamos (MST, 1995):

O atual modelo tecnológico adotado na agricultura visa apenas o lucro das empresas produtoras de insumos. E é completamente predatório aos recursos naturais: solo, água, clima, fauna e flora. E sobretudo, prejudicial ao ser humano tanto pelas contaminações no uso de agrotóxico, como por comprometer os recursos naturais para as gerações futuras. (MST, 1995, pág 25)

Surge então a demanda de elaborar um novo modelo tecnológico, sendo resultados de formações, pesquisas, diálogos com agricultor e das contribuições com os parceiros (MST, 1995). Enquanto não é formulado este novo modelo tecnológico, a orientação é “utilizar técnicas adequadas” (MST, 1995). Complementando, no ano de 2010, o Movimento manifesta uma série de preocupações em relação ao meio ambiente, envolvendo agrobiodiversidade, uso do agrotóxico e contaminação de água e solo. Especificamente à agricultura, nos diz:

Nós queremos a agricultura como um espaço de sociabilidade, uma agricultura com camponeses que enfrente o êxodo rural. Uma agricultura apta a produzir alimentos saudáveis, contrariando o agronegócio que quer unicamente para a produção de commodities e com a utilização de grandes quantidades de agrotóxicos. Uma agricultura que assegure a preservação das águas, do solo, da biodiversidade, procurando conter e reverter a depredação ambiental causada pelo agronegócio. (MST, 2010, pág 6)

Neste sentido, o MST, em seus cadernos das Jornadas do Paraná, traz alguns elementos de sua perspectiva sobre Agroecologia, a base desta nova matriz tecnológica e é apresentada como “um modo de viver” (2006), contrário ao modo atual. Na Jornada de 2011,

ela é apresentada de forma mais conceitualmente, enquanto:

[...] ciência orientadora para a construção ecológica da agricultura, passando a impulsionar este avanço revolucionário na base da produção e no modo de vida camponês das famílias assentadas e acampadas [...] Agroecologia pode orientar o trabalho e o modo de vida das populações camponesas em seus processos de organização e fortalecimento da resistência econômica, política e cultural, e o avanço da reconstrução ecológica da agricultura. (MST, 2011)

No Programa Agrário do MST - Construir Reforma Agrária Popular, apresentado no VI Congresso Nacional, em 2014, o modelo tecnológico é então apresentado e reivindicado pelos Sem Terra e ele é o agroecológico (MST, 2014). A Agroecologia é abordada sempre associada a: experiências concretas dos povos do campo, principalmente os originários, de fazer agricultura; uma contraposição ao modelo do agronegócio, mais objetivamente aos pacotes da Revolução Verde (sementes modificadas, agrotóxicos, monocultura, etc) por outros sujeitos, para dos povos do campo, como universitários, estudantes, centro de pesquisas com experiências concretas; e uma bandeira de luta agregadora de sujeitos em luta contra o capitalismo, nas suas diversas formas (MST, 2014). Este novo modelo, segundo a organização (MST, 2014):

Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. (MST, 2014, Pág 33)

Complementando, uma das Escolas do MST, referências do estado da Bahia, a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, afirma (MST, 2017) que:

A Reforma Agrária Popular vai além do acesso à terra para quem quiser produzir nela; também deve promover mudanças sociais, econômicas e políticas, na perspectiva da construção de uma nova sociedade, que seja igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentáveis. Na Reforma Agrária Popular se prioriza a produção de alimentos saudáveis, através da Agroecologia, procura-se desenvolver sistemas de agroindustriais do campo sobre o controle dos camponeses. (...) A Agroecologia coloca a dimensão ecológica da vida no âmbito das famílias, nas suas relações internas e do seu fazer agricultura, sendo uma forma de reconstruir ecologicamente a agricultura e as relações sociais. (MST, 2017, pág 12)

As principais contribuições do MST é dar a Agroecologia uma perspectiva Classista,

com destaque a: luta pela terra e por reforma agrária, porque sem esta é impossível construir a Agroecologia, por que uma é construída sobre a luta e conquista da outra, fruto da organização popular pela democratização do acesso terra e a direitos aos povos do campo; a dimensão da luta de classe na sociedade, pois apesar de outros autores utilizar na perspectiva classista para análise da realidade, o MST entende que a Agroecologia só é construída na luta, no enfrentamento e da articulação da classe trabalhadora, por isso promove a massificação desta bandeira de luta; e a territorialização da agroecologia dar-se intimamente ligado aos processos educacionais (MST, 2012).

6.3 Retornando a Luana Carvalho

As concepções e compreensões sobre Agroecologia dão-se de forma heterogênea, seja no MST, enquanto totalidade de organização, seja nas suas escolas. Vamos conhecer um pouco a experiência de Agroecologia na ETALC, através dos seus educadores, debatendo as suas ações desenvolvidas na escola e assim, possibilitar um processo dialógico entre teoria e prática

6.3.1 Um diálogo sobre Agroecologia com os educadores

Retornando a Agroecologia, as compreensões dos educadores (FIGURA 3) é fundamental. A partir dela, poderemos perceber qual o discurso divulgado aos educandos. vejamos alguns trechos da visão dos educadores. Começando pelo Educador e Camponês⁸:

Aprendi agroecologia com meu pai, assim não em termos científicos, da universidade, mas com as práticas, aí quando eu fui 'colocar na balança'... depois que eu fui conhecer agroecologia, este nome, eu fui ver que meu pai já fazia agroecologia, aí eu fui vendo que eu também fazia agroecologia.[...] Eu enxergo a agroecologia como alternativa de saída para o território. Por a gente viver aglomerados de latifundiários, rodados de latifundiários, o cotidiano nosso é do latifundiário, por que a maioria são fazendas né?! Então, eu acho que uma ótima alternativa e oportunidade para os agricultores, não por fazer um contraponto não a pena por ser contra o latifundiário, mas como uma saída de modo de vida, uma oportunidade de se alimentar melhor, de poder ter acesso, de

⁸ Trecho de entrevista concedida pelo Educador e Camponês na sua casa, Ituberá. Na data de 05 de Maio de 2019.

produzir agricultura mais barata... o que eu venho vendo da agroecologia que agente pode cultivar, plantar e colher tranquilamente sem muito investimento [...] a partir daquele conhecimento [da natureza e popular], que nem precisa ser um conhecimento acadêmico só basta você querer aprender, querer entender um pouquinho, ter um pouco mais de paciência...plantar, observar, as vezes nao dar certo, as vezes dar certo. Com a Agroecologia, você acessa mais os conhecimentos da terra. (Trecho da entrevista do Educador e Camponês, Ituberá, 2019)

Continuando com uma Educadora e atuante no Setor de Saúde⁹:

São muitos elementos ne que agroecologia traz. Assim eu, como estudante, tive o contato primeiro com este nome dentro da universidade... ela tem que ser amadurecida, por que depois que eu fui descobrindo que não é só um conjunto de técnicas de agricultura de base ecológica - é muito o que a gente aprende neste período, dentro da academia - mas para além dos muros da universidade, a gente compreende também que Agroecologia também é o valorizar o saber tradicional, estes conjunto de conhecimento... o modo de vida dos povos tradicionais também, que juntamente com valores de cooperativismo, associativismo, de agricultura de base ecológica vai gerando autonomia deste grupo [do camponês] ao capitalismo. (Trecho de entrevista da Educadora e atuante no Setor de Saúde do MST, Ituberá, 2019)

Completando com Educador '1'¹⁰:

Agroecologia é um modelo de vida pro campo né?! Este é meu primeiro entendimento de agroecologia que eu tenho. Uma contrapartida, um modelo contra-hegemônico ao modelo destrutivo, com sua perspectiva exploratória, vem só destruindo, tanto no aspecto social, quanto ambiental, como cultural... Aí, a Agroecologia é contra tudo isso, ela se projeta para construir um modelo pro campo, pra vida, que seja pra gerar vida, gera vida social, ambiental também de um modo geral. eu vejo nesta perspectiva. Numa ação política, contrária a este modelo destrutivo e de uma outra forma de lidar com a natureza, com as pessoas, com a cultura, enfim, é uma outra estrutura de sociedade... é uma ferramenta para construir uma outra estrutura de sociedade. (...) ela é uma ferramenta, assim como a educação é uma ferramenta pra chegar nessa outra sociedade. (Trecho da entrevista do Educador, Ituberá, 2019)

E por fim, a Educadora¹¹:

Então, ai minha compreensão de agroecologia é de principalmente em contraposição com o sistema capitalista de produção do agronegócio, acho q esta é a primeira distinção. E Depois, numa dimensão Social, de relações sociais, de

⁹ Trecho de entrevista concedida pela Educadora e atuante no Setor de Saúde, na sua casa, Taperoá. Na data de 22 de Março de 2019.

¹⁰ Trecho de entrevista concedida pelo Educador '1' na sua casa, Taperoá. Na data de 1º de Maio de 2019.

¹¹ Trecho de entrevista concedida pela Educadora na sua casa, em Taperoá. Na data de 22 de Maio de 2019.

relações de produção, relações de trabalho... uma forma diferente de construir estas relações que não sejam dentro do modelo capitalista. Então, isso é muito vago neh?! Porque a gente aponta uma diferença mas que na verdade cada coletivo, cada pessoa, cada lugar construir isso de uma forma diferente, por isso é difícil falar ... O que ela é agente sabe algumas coisas, esta dimensão política digamos, esta dimensão social e esta dimensão da produção – da produção agroecológica de alimentos sem agrotóxicos, de cobrir o solo (...) Aí observar a natureza de como ela resolve suas relações ... e observar a mata e tentar ajudar o cultivo a poder de alguma forma dá conta do ciclo de crescimento, de vida... aí eu acho q agroecologia é isso pra mim.” (Educadora, 2019, Taperoá)

Dialogando entre as falas, buscando os elementos comuns e distintos, sigamos.

A primeira afirmativa que podemos fazer que todos a apresentam como uma proposta de vida ao campo, uma modelo de vida que valorize os povos que estão presentes. Ao mesmo que idealiza este modo de vida mais sustentável, reconhece a existência de alguns. Valorizar as culturas, suas identidades, mas principalmente conhecimentos e saberes está presente na Agroecologia. Ela deve, inicialmente, construir uma melhora à vida do camponês e, paralelamente, construir caminhos para uma nova sociedade, com valores e práticas diferentes da atual. Destacando a fala do primeiro entrevistado, ela não precisa ser para o confronto, mas sim dar soluções a demandas do povo, a sua qualidade de vida e produção.

A segunda concordância entre as falas, indica que é um modelo alternativo, contrapondo-se ao agronegócio, enfrenta a ação do agronegócio. A questão política da sociedade, seus projetos, seja para o campo seja para o resto da população é entendido como importantíssima e indissociável de qualquer outra ação.

Seguindo, a terceira conclusão a qual podemos chegar é que a experiência de Agroecologia, por eles apresentada, necessidade de uma nova, se comparada a hegemônica, forma de se relacionar com natureza. Esta afirmativa, levamos a uma outra, a quarta, que as práticas da agricultura, pois as técnicas devem buscar bases ecológicas para a produção. Manter uma relação de aprendizado com ela, estudando-a, compreendendo seus ciclos.

Por fim, sobre a relação à economia, ele deve ser viável aos camponeses e mais que isso, devem alavancar a renda das famílias, buscando novas relações de trabalho e produção de riqueza. Assumir o associativismo e o cooperativismo é uma destas estratégias.

6.3.2 Luana carvalho - uma escola de ações

As atividades realizadas na ETALC são intersecções das orientações entre os Princípios da Educação do MST e da perspectiva agroecológica. Desde atividades práticas até ações de ruas, são fundamentais para entendermos a Agroecologia construída, em um processo umbilical.

Vamos agora, ir as atividades que estão sendo realizadas. No tocante à práticas da ecologização da agricultura, a ETALC, por possuir a proposta de grade curricular do curso profissionalizante da rede estadual, não tem carga horária nem recursos destinados para atividades práticas. Assim, algumas estratégias foram tomadas, sendo as principais a adoção de, um dia na semana, ter atividade no turno oposto, chamadas de Práticas Agroecológicas; e as atividades de visitas técnicas e intercâmbios.

As Práticas Agroecológicas (FIGURA 4 e 5), são momentos de ações-reflexões desenvolvidas nas dependências da Escola e são baseados por princípios agroecológicos e da Educação do MST. Elas estão diretamente relacionadas às principais limitantes para o crescimento da produção da Agricultura, em especial à atividade da agricultura, da região. A Escola materializando o que Pistrak no diz (PISTRAK, 2011):

O trabalho social e principal do professor e da escola deve consistir na melhoria constante da agricultura, da economia rural e das condições de vida do camponês; o trabalho deve ser feito com a ajuda da escola e através dela. Na medida em que entender as necessidades do agricultor a escola se tornará indispensável para ele, podendo desempenhar um grande papel em toda a sua vida; e assim teremos desaparecer a desconfiança que se manifesta aqui e ali em relação a ela. (Pistrak, 2011, pág 57)

Elas também estão justificadas no segundo princípio filosófico da Educação do MST, “Educação para o trabalho e cooperação”, que nos é apresentado sendo “a relação necessária que a educação e a escola devem ter com os desafios de seu momento histórico” (MST, 1996), relacionando-se ao trabalho, deve ser útil às demandas das realidades dos assentamentos, possibilitando a construção conjunta de soluções a diversos obstáculos; e estimulando a prática da cooperação, como valor de novas sociabilidades (MST, 1996). “O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil” (PISTRAK, 2011). Assim,

utilizando de estratégia de diminuir os riscos que tornem elas frustrações, seguem as orientações de serem práticas em pequenas áreas, com baixa diversidade de técnicas - que poderia trazer confusões. (SOSA, 2012).

A partir das informações fornecidas pela direção da Escola (MST, 2019), junto às anotações de campo, foi possível construir o quadro abaixo (TABELA 2), contendo as atividades das Práticas Agroecológicas realizadas pelas turmas nos anos de 2018 e 2019 (adaptado, MST,2019).

TABELA 2. Práticas Agroecológicas desenvolvida por cada série e ano na ETALC.

Ano	Série (Médio Técnico)	Prática Agroecológicas
2018	1º Ano	Herbário e Insetário
2018	2º Ano	Unidade de produção de adubo
2018	3º Ano	Quintais produtivos
2019	1º Ano	Quintais produtivos; Viveiro, Unidade de produção de Adubo
2019	2º Ano	Quintais produtivos; Meliponário, Bacia de Evapotranspiração
2019	3º Ano	Horta mandala; Cerca viva (Etapa de planejamento)

Fonte: Adaptado do MST, 2019

Por fim, as Práticas Agroecológicas são a materialização do primeiro e do quinto Princípio Pedagógico da Educação do MST. Ao primeiro, “A relação entre a prática e a teoria” (MST, 1996), é o fundante, pois a educação proposta pelo Movimento deve cooperar para que o estudo da teoria seja indissociável à prática, assim que as práticas realizadas cooperem ao estudo da (s) teoria (s) ali envolvidas sendo-as o início do processo de aprendizado. Assim, cada prática desenvolvida está relacionada aos conhecimentos debates no processo de escolarização, na melhoria das forças produtivas e, por meios de dinâmica participativas, valorizem os saberes dos educandos. E o quinto princípio, “a Educação para e pelo trabalho”, nos apresenta duas reflexões bem objetiva para classe trabalhadora, sendo a primeira: seus filhos e filhas devem receber uma educação voltada ao mundo do trabalho, ou seja, desenvolver habilidade/ofícios, amor ao trabalho, compreensão da produção de riqueza e exploração, estreitar a relação entre trabalho manual e intelectual, bem como superar discriminações; e a segunda é apresentar o trabalho como método pedagógico, ou seja, no desenvolvimento de trabalhos aprendemos aprendemos conteúdos e novas sociabilidades

devem cultivadas, valores de uma nova sociedade (MST, 1996).

As visitas técnicas e intercâmbios são estratégias assumidas pela ETALC para potencializar a formação dos educandos, principalmente as vinculadas à formação técnica profissional (MST, 2019). Aqui cabem além dos Princípios da Educação do MST contemplados nas Práticas Agroecológicas e é justificado pelo segundo Princípio Pedagógico, “Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação” (MST, 1996). Ele nos afirma que o processo de aprendizado requer metodologias diferentes para determinados assuntos e conteúdos. Neste princípio, o ensino é compreendido como processo de teorização antes de realização na prática, enquanto na capacitação a prática vem antes da abordagem teórica (ou simultâneas). Ambas vias devem se relacionar, em uma construção de saber - fazendo (ensino - capacitação), cabendo à equipe de educadores quais partes do currículo serão abordadas de uma via ou na outra, buscando melhor apropriação (MST, 1996). Segundo o que consta no Caderno de Educação N°8:

[...] a implicação prática importante deste princípio: em nossas escolas ou nos cursos podemos/devemos estabelecer, não só a lista de conteúdos a serem dominados pelos/pelas estudantes, mas também as metas de habilidades de capacitação, ou seja, as habilidades ou competências desenvolvidas numa determinada disciplina. Caderno da Educação N° 8, 1996, pág 13).

Os intercâmbios realizados e seu caráter está sintetizado na tabela (TABELA 3) abaixo (MST, 2019).

TABELA 3. Intercâmbios e visitas técnicas realizadas nos anos de 2018 e 2019 da ETALC.

Ano	Atividade	Objetivo
2018	Intercâmbio a UFBA	Propiciar aos educandos a experimentação ao espaço universitário, ocorrendo atividades, visitas a laboratórios, etc.
2018	Feira Estadual do MST	Propiciar o acompanhamento nos processos de comercialização (logística, estabelecimento de preços

2018	Visita Técnica ao Sítio Jatobá	e venda) em feiras populares Promover qualificação na formação Técnica e fortalecer as experiências agroecológicas no território.
2018	Visita Técnica ao Sítio Olhos D'água	Promover qualificação na formação Técnica e fortalecer as experiências agroecológicas no território.
2018	UFRB, Campus de Santo Antônio	Atividade sobre saúde e Feira Livre
2018	Visita Técnica à Escola Egídio Brunetto (MTS, Extremo sul)	Proporcionar uma formação técnica e fortalecer a rede de experiências de educação e agroecologia no MST-Bahia
2019	Acolhimento da Turma de Téc. em Agroecologia (Chapada Diamantina)	Trocas de experiências, através de roda de conversas e demonstração das áreas experimentais.
2019	Acolhimento do Núcleo em Agroecologia do Instituto Federal Baiano (IFBa), Campus de Valença.	Trocas de experiências, através de roda de conversas, demonstração das áreas experimentais e articulação com Instituições e Organizações que fortalecem a Agroecologia.

Fonte: Adaptado, MST, 2019

Um destaque importante as participações na feiras, pois dialogam também com o sétimo Princípio Pedagógico, “o vínculo orgânico entre processo educativos e econômicos” (MST, 1996). Nele, o MST afirma que a educação deve possibilitar o contato com a “produção, à distribuição e ao consumo de bens e serviços necessários ao desenvolvimento da vida humana” (MST, 1996). É fundamental que a classe trabalhadora, que é sua base social e dos educandos, seja familiarizados com a (s) lógica (s), os procedimentos e os aspectos envolvidos na produção, distribuição e consumo, de forma que em conjunto com outros indivíduos, sejam capazes de identificar e buscar as saídas possíveis aos principais paradigmas e desafios encontrados (MST,1996). Abaixo alguns registros (FIGURA 6 E FIGURA 7 e FIGURA 8).

Outro destaque importante são os intercâmbios (FIGURA 9) realizados em sítios que têm experiências consolidadas de ecologização da agricultura, estimulando o interesse dos educando e colaborando para o fortalecimento dos construtores de agroecologia no território. Neste sentido direto podemos falar diretamente sobre o décimo segundo Princípio Pedagógico do MST, “atitudes e habilidades de pesquisa,” (MST, 1996) que é definido como “um esforço sistemático e rigoroso que se faz para entender mais a fundo (cientificamente) aquilo que para nós é problemas” (MST, 1996). Ou seja, deve ser estimulada pela ação, pelo ato de pesquisar, o aprimoramento de um método que leve ao educando a melhorar investigar a realidade a qual está, relacionando-a com elementos mais gerais (MST, 1996).

O Movimento, ao longo de sua existência, vem demonstrado que a luta não se faz sozinho, por isso estar continuamente se articulando e fazendo atividades em parcerias com outros atores sociais e sujeitos (TABELA 4).

TABELA 4. Lista de atividades realizadas por ano com parceiros da ETALC

Ano	Parceiros	Atividade (s)
2018 e 2019	GAIA, NEPPA	EIVI ¹² - Qualificação dos espaços da Escola; Intercâmbio com outros movimentos sociais; espaços de debates e oficinas (comunidade e escola).
2018 e 2019	UNEB	Implementação de uma turma da Universidade Para Todos na Escola; formação aos educadores.
2018 e 2019	Sítio Jatobá	Visitas Técnicas e Estágios curriculares.
2019	Ascoob	Estágios Curriculares; e Núcleos Produtivos da Juventude.
2018	Visita Técnica ao Sítio Olhos D'água	Visitas Técnicas

Fonte: Adaptado, MST, 2019

As Atividades Temáticas (TABELA 5) são atividades realizadas a partir de temas geradores (FRERI 1987; PISTRÁK, 2011). Nelas a Escola consegue materializar diversos Princípios Pedagógicos, sendo os principais a seguir abordados.

O terceiro Princípio Pedagógico, “A realidade enquanto base da produção de conhecimento” (MST, 1996, pág 24), ou seja, neste princípio a produção a qual o Movimento tem interesse em produzir é aquele que tem raízes na sua realidade de atuação (FIGURA 10) , estudadas por necessidade objetiva e, ao mesmo tempo, nos possibilita, em menor ou maior grau, relacionar com realidades ao nosso redor e ao próprio mundo. A implicação deste princípio é que a realidade e os símbolos nela presente, não deve ser utilizada somente de forma lúdica ou simbólica para associar alguma teoria já existem, mas ser gerador de conhecimento (MST, 1996).

O quarto, “Conteúdos formativos socialmente úteis” (MST, 1996, pág 24), o MST nos diz que a relevância dos conteúdos a serem trabalhados nas escolas devem ser avaliados, segundo o critério de que como este ou aquele conteúdo “contribui para concretização do

¹² Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção em Áreas de Reforma Agrária da Bahia.

demais princípios que tratamos” (MST, 1996). Ou seja, a ideia ou o sentimento de ciência pura é abandonada, sem desmerecer o conhecimento historicamente sistematizado e acumulado pela humanidade, mas abandonar conteúdos e abordagem que, além de tornar extensos os currículos escolares, nos afasta da formação desejada, a do sujeito ativo na transformação da sociedade, pois torná-lo cheio de conteúdo, dificulta a construção da ligação entre eles e a realidade.

O oitavo princípio, “o Vínculo orgânico entre educação e cultura” (MST, 1996, pág 24), afirma que “nossas escolas, nossos cursos de formação, devem ser espaços privilegiados para a vivência e produção de cultura” (MST, 1996), compreendendo que as manifestações culturais (FIGURA 11) de um povo são elementos identitários, além de aglutinar e cooperar, sem sua maioria, para resistência do povo e para consciência de classe. A cultura deve sempre permear as atividades educativas, mas o Movimento nos alerta:

O que não podemos perder de vista é o objetivo maior de tudo isso e que diz respeito não a um simples resgatar da chamada cultura popular, mas principalmente de produzir uma nova cultura: uma cultura de mudanças, que têm o passado como referência, o presente como uma vivência que ao mesmo tempo pode ser plena em si mesma, é também a antecipação do futuro, nosso objetivo utópico, nosso horizonte. (MST, 1996, pág 20)

Com acompanhamento das atividades, resgate de relatorias e registros, foi possível construir uma síntese (TABELA 5).

TABELA 5. Lista de Atividades realizadas entre os anos de 2018 e 2019, discriminada por público-alvo na ETALC.

Ano	Atividade	Público-alvo	Resumo/ Objetivo
2018	Novembro Negro	Fundamental II e Médio	Discutir Questões Raciais (desigualdade e discriminação racial, a identidade e história do povo negro).
2019	Abril Vermelho	Fundamental II e Médio	Discutir a questão agrária no Brasil, a história da luta pela terra, as conquistas dos/as

			trabalhadores/as rurais assim como fortalecimento da consciência de classe e identidade Sem Terra.
2019	Mapa Falante	Médio	Construção coletiva de mapas das comunidades, territorializando diferentes aspectos da realidade.
2019	Seminários de Agroecologia e Educação	Fundamental II, Médio e Educadores da Regional Baixo Sul.	Formação sobre agroecologia e educação.

Fonte: Adaptado, MST, 2019

A formação dos educadores (FIGURA 12) vão desde as participações das atividades acima já apresentadas, pois todos são espaços onde educador e educando alternam os papéis enquanto mediadores dos saberes (MST, 1996; FREIRE, 1987), mesmo que a condução dos espaços seja dos educandos a espaços mais específicos (Tabela 6). Pistrak, no tocante ao estudo e alinhamento dos educadores, contribui dizendo :

Constatamos então, a propósito de todos dos problemas da vida escolar, que apenas a teoria nos dá o critério indispensável para optar, avaliar e justificar tudo o que fazemos na escola. O educador que não dispõe deste critério não poderá trabalhar de forma útil na escola: ele se perdera sem encontrar o caminho, sem guia, sem saber o objetivo a ser atingido. (PISTRAK, 2011, Pág 20).

TABELA 6. Atividades formativas tendo como público-alvo os educadores.

Ano	Atividade	Objetivo
2018 e 2019	Formação sobre PPP	Debater, delinear concepções e construção do PPP ¹³
2018 - até dias atuais	Participação das reuniões e atividades do MST	Promover o fortalecimento do engajamento dos educadores; qualificação dos educadores militantes; contato com a base social a qual a escola atende.
2019	Seminário de Educação e Agroecologia	Promover um espaço de debate em torno de educação e agroecologia na perspectiva do MST.

Fonte: Adaptado, MST, 2019.

A participação de manifestações (FIGURA 13), formações e atividades de com

¹³ Projeto Político Pedagógico consiste no documento base orientador da “vida escolar”. A ETALC, ainda não tem seu próprio PPP, utilizando enquanto respaldo legal, o PPP das escolas sede.

característica de luta, de cunho politizado é recorrente entre os educandos a ETALC. Participação na Marcha Estadual de Camaçari a Salvador, do MST e ato de rua, contra a reforma da previdência marcaram 2019. São expressos nos princípios do MST o incentivo a ação política.

O primeiro princípio nos remete à Educação para transformação social, sendo definido como (MST, 1996):

um processo pedagógico que assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual, e a construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas. (Caderno de Educação N° 08, 1995, pág 6)

A formulação e contribuição de Pistrak, nos diz:

[...] Em termos mais concretos, é preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual é a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual o espaço ocupado pela classe explorada nesta luta; em terceiro lugar, qual é o espaço que deve ser ocupado por cada adolescente; e , finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-as por um novo edifício” (PISTRAK, 2011, Pág 25)

Estão vinculados para este primeiro princípio, as características: A) classista - ou seja, uma educação que possui um lado na luta de classes e assume abertamente que quer cooperar para formação “ de consciência de classe e consciência revolucionária” (MST, 1996), dos educandos e educadores, selecionando e propondo conteúdos para tal; B) de massa - ou seja, a educação como um direito fundamental de todos; C) vinculada a Movimento - ou seja, uma educação que coopera para construção do próprio MST, vinculando-a com suas lutas, suas pautas e organicidade; D) aberta ao mundo - ou seja, ela deve cumprir a tarefa de melhorar nossa compreensão sobre nossas condições específicas, nossa realidade, mas não deve fechar-se ao mundo, as diversas culturas, conhecimentos etc; E) Educação para ação - ou seja, “queremos preparar sujeitos capazes de intervenção e transformação da realidade” (MST, 1996); e F) Educação aberta ao mundo - ou seja, disposta a construir novas sociabilidades com os diversos sujeitos de luta, na construção da nova sociedade (MST, 1996).

As diversas atividades e os debates realizados, são fundamentais para compreendermos a proposta de Educação do MST, assim como na Escola tem construído agroecologia, exprimindo sobre ela, os acúmulos históricos do movimento, apropriando-se e direcionando ao caminho ao qual acredita, da transformação social.

6.3.3 Um esforço de dimensionar a Agroecologia

Apresento como resultado da análise das naturezas das atividades, das entrevistas e anotações de campo, um esboço sobre as dimensões e suas caracterizações apresentadas e defendidas na Escola.

Dimensão Política. A agroecologia deve estimular aos sujeitos a auto-organização e alie-se a grupos/sujeitos de interesse na luta de classes; a exercitar a manifestação de seu posicionamento diante dos temas à sociedade, a participar de espaços formativos, de debates e deliberações; entender os processos históricos e suas relações com as disputas políticas; em síntese, provocar nos indivíduos espírito crítico “que analisa, que problemática a realidade e atuar sobre ela”¹⁴.

Dimensão Social. A agroecologia deve promover mudanças na qualidade de vida da sociedade, tendo seu público alvo a classe trabalhadora. E que coopere na construção de novas sociabilidades, em tornos de valores e sentimentos que, ao mesmo tempo que respeita a individualidade, fomenta o espírito coletivo e altruísta e entender-se enquanto sujeito no mundo, que divide-o com outras pessoas.

Dimensão Técnica. Ao desafio de matriz produtiva, a agroecologia deve apropriar de técnicas e manejos com bases agroecológica, com respeito ao meio ambiente; valorização dos conhecimentos popular; apropriar-se das tecnologias sociais enquanto estratégia aos desafios técnicos. Vejamos o trecho abaixo¹⁵:

Técnica-profissional: a gente precisa de pessoas nos assentamentos que tenham uma qualificação que deem conta destes desafio. Aí, deem conta de ajudar a

¹⁴ Trecho da entrevista concedida pelo Educador, Coordenador e Dirigente Regional do Setor de Educação. Entrevista realizada em sua casa, Taperoá, no dia 28 de Outubro de 2018.

¹⁵ Trecho da entrevista concedida pelo Educador, Coordenador e Dirigente Regional do Setor de Educação. Entrevista realizada em sua casa, Taperoá, no dia 28 de Outubro de 2018.

sistematizar o que os camponeses já fazem de agroecológico e a problematizar as questões da realidade da vida, quais os desafios, os malefícios desse ou daquele jeito; buscar alternativas e assessorar mesmo, auxiliar o camponês no desenvolvimento de sua agricultura. (Trecho de entrevista ao Dirigente do Setor de Educ. Taperoá, 2019)

Dimensão Ambiental (ou Ecológica). A agroecologia deve valorizar a biodiversidade e construir estratégias pela sua continuidade (bancos de sementes, propagação, preservação de áreas, etc), abandonando práticas que sejam ambientalmente insustentáveis, buscando transitar para mais sustentáveis, incluindo as que não estão relacionada à agricultura. Neste dimensão, cabe falar também, do processo de valorizar e estimular o entendimento mais complexo sobre a natureza, das interações, existentes, das outras relações existentes, como as relações afetivas e místicas.

Dimensão Ética. A defesa do ser humano humanizado e uma nova forma de se relacionar entre si e com a natureza.

Dimensão Econômica. Possa apresentar estratégias, principalmente relacionadas cooperativismo e associativismo, na participação em feiras populares e beneficiamento da produção, que promovam o crescimento econômico e da divisão da riqueza na família, mantendo a viabilidades das outras dimensões.

Dimensão Educacional. A agroecologia deve orientar-se pela educação libertadora e da educação popular, para construção de processos dialógicos e praxiológicos, na construção dos conhecimentos e construção das saídas às crises, gerais e mais específicas, do capitalismo. A dimensão educacional é fundamental para o processo de fortalecimento e/ou (re) territorialização da agroecologia.

Dimensão Cultural. A agroecologia valoriza, estimula o resgate e a manutenção dos saberes e as manifestações culturais da classe trabalhadora. A prática do respeito e a diversidade cultural bem como, respeitosamente, questionar elementos culturais prejudiciais à Agroecologia.

Associado e transversalmente as dimensões, existe um perspectiva sobre elas: todas elas devem ser embasadas de uma práxis que coopere à revolução, a transformação da sociedade e dos próprios sujeitos que a constroem, afinal as “(...) condições de uma verdadeira transformação social: mudança das circunstâncias e do próprio homem. A unidade entre uma e outra mudança define, por sua vez, a práxis revolucionária”(Vázquez, 2011, pág. 152).

7. AS CONTRADIÇÕES FAZEM PARTE DA EXPERIÊNCIA HUMANA

A ETALC, por ser uma experiência humana, possui elementos contraditórios, os quais agrupei em *ora uma, ora duas escolas; interdisciplinaridade, agroecologia e a escola; e relações entre Escola, MST e a (s) comunidade (s)*.

7.1 Ora uma, ora duas escolas

Apesar de existe um projeto de Escola - Luana Carvalho - um dilema é colocado ao desenvolvimento que é a existência de duas escola em uma: EMEF - Ojefferson Santos, de competência do município, e Esc. Técnica em Agroecologia Luana Carvalho, de competência do estado (FIGURA 14). E simultaneamente, temos educadores-militante e educadores.

A primeira consequência da divisão na esfera da manutenção da política pública, em um descompasso em relação à chegada de materiais ao pleno funcionamento e de quem é esta ou aquela competência. Esta consequência, potencializada por dificuldades na organização do próprio corpo gestor da escola, geram diversos desgastes como por exemplo, no início do ano em relações os transporte públicos e merenda escolar (atrasos no fornecimento) e ao longo do ano, no pouquíssimo material pedagógico, limitando a atuação dos educadores e/ou fazendo-os que comprem os materiais os quais precisaram.

A segunda consequência é na composição, integração e alinhamento do corpo dos educadores. Em um processo de negociação - e disputa - , a Secretária de Educação municipal e o MST, montam e avaliam o corpo docente ligados às atividades do Fundamental II e EJA. A Secretária do Estado e o MST fazem o mesmo procedimento, mas agora relacionado às atividades do Ensino Técnico. Cabe ressaltar que estas negociações existem limitações legais nítidas. A distribuição da carga horária ao longo da semana por disciplina e turmas, faz que na prática, alguns educadores convivem maior tempo entre si, criem laços, reflexões e estratégias as questões dadas, ao mesmo tempo que mal construam relações com alguns outros. Esta divisão, que ora maximizada ora é minimizada, tem repercussão, principalmente, no desenvolvimento das atividades com temas geradores e que envolvam a escola como um

todo. Esta divisão colabora, que alguns educadores convivem pouquíssimo - às vezes nem convivam - entre se e com os demais públicos que estudam na escola, ou seja, tenha uma visão fragmentada da própria escola. Felizmente, por a Escola possuir poucas turmas por turno e pelo esforço no MST na construção da divisão da carga horária, é garantida o convívio mínimo e integração, mas é perceptível ruídos de alinhamento e desenvolvimento de atividades.

A terceira consequência, no campo da valorização do trabalhador, os educadores que estão com seus vínculos empregatícios, refiro-me aos não concursados, ao município, possuem maior exploração, pois pelo regime de contratação são contratados no início das aulas e demitidos no fim das aula, conseqüentemente uma parte do corpo dos educadores fica de 3 a 4 meses, sem renda todos os anos. Porém, existem educadores vinculados ao estado, o qual demora meses à efetivação das contratações, fazendo que estratégias de solidariedade sejam construídas, desde repasses internos (quando um professor não dar a carga horária do seu contrato, ele pago outro), doação de simpatizantes. Mas quando conquistado os contratos têm mais direitos trabalhistas garantidos, como férias e 13º salário.

Sobre a composição do corpo dos educadores, do ponto de vista de alinhamento da prática militante, a Escola também possui dois grupo, não antagônicos nem rachados: educadores-militantes e educadores. Aos educadores-militantes cabe refletir de forma mais aprofundada os processos que ali estão ocorrendo, enquanto os educadores eximem-se - quando não é explicitada a obrigatoriedade na participação desta ou daquela reunião e atividades - e são eximidos destes processos - quando o Movimento entende que a participação destes sujeitos podem prejudicar futuras atividades e alinhamentos internos. A política está também nas relações internas da própria Escola, assim como em todos espaços da sociedade.

Estas consequências repercutem na construção da Agroecologia, sendo elas:

1. (in) viabilidade e as condições às atividades (transporte, alimentação, materiais didáticos, ferramentas etc). As práticas Agroecológicas desenvolvidas na escola são diversas vezes interrompidas ou não concluídas por este motivo, dificultando a consolidação da apropriação das técnicas de ecologização da agricultura desenvolvidas. As limitações de materiais didáticos também limitam as metodologias aplicadas. Como saída, articula-se os materiais nas esfera municipal (nas secretarias), sendo a estado que deveria ter uma e colaboração dos próprios educadores e MST;

2. A equipe de educadores que esta mais ligadas ao Fundamental II e EJA, possuem pouca apropriação das Práticas Agroecológicas desenvolvidas na escola, conseqüentemente utilizam pouco destas como elementos pedagógicos em suas aulas e de aprofundamento. Isso contradiz alguns princípios pedagógicos que o MST formulou e utiliza para referenciar suas escolas;

3. A responsabilidade de pensar Agroecologia na escola, está vinculada aos educadores do nível médio profissionalizante, mas especificamente as disciplinas técnicas. Isso deixa espaço para incompreensões, fazendo que caiba mais às disciplinas específicas da formação técnica abordar assuntos na perspectiva ou sobre Agroecologia;

4. As condições de exploração, combinados com a localização da Escola, acarreta dificuldades, em ambos grupos de educadores, de estar na escola para além dos momentos ligados à atividades de escolarização, eventos ou reuniões. Alguns educadores buscam formas de contemplar a renda.

Porém, e felizmente, a unidade da Escola é mantida, primeira pelo forte referenciamento no MST, na figura dirigente do Setor de Educação da regional baixo-sul, também coordenador e educador na ETALC, e pela compreensão do corpo de educadores que estão em uma escola de luta, do campo e de agroecologia que mesmo que não tenham aprofundamento nos debates, cabe-lhe cooperar com as orientações, buscar formar-se, bem como engajar-se. A distribuição da carga horário condiciona que ao menos um dia o educador passe o oposto ao seu vínculo, se Fund. II ou médio profissionalizante, na escola.

7.2 Interdisciplinaridade, agroecologia e Escola

Construir a abordagem interdisciplinar do conhecimento é uma perspectiva agroecológica (ALTIERI, 2012; CAPORAL; 2004), mas materializá-la é desafiadora. Na escola Luana Carvalho, os desafios de superar a estrutura cartesiana e disciplinar são marcantes nas falas dos educadores, bem como o reconhecimentos dos avanços.

Os temas geradores garantem que os educadores trabalhem conteúdos do currículo contextualizados a problemáticas da realidade - e virse versa - , fomentada por ela, enquanto ponto de partida para analisá-la (FREIRE, 1987). Esta metodologia de abordagem, coopera

que a interdisciplinaridade seja presente nas escolas do MST e as atividades que possuem este caráter estão registradas na TABELA 5 deste trabalho. Isso significa um avanço no processo de materialização dos princípios do próprio MST e da Educação do Campo, um avanço que a Luana Carvalho fortalece. As visitas técnicas também ganham caráter interdisciplinar, ao permitir que diversas disciplinas utilizem-na como base para abordagem de conteúdos curriculares (Educadora, 2019). A importância sobre os intercâmbios, há o relato que “a interdisciplinaridade acontece sobretudo nas atividades de intercâmbio e visita técnicas. São os momentos que a gente consegue aglutinar mais educadores de outras áreas (...) nesta relação conseguimos interdisciplinarizar a agroecologia¹⁶” (Educador ‘1’, 2019).

Os temas geradores são trabalhados com culminância em eventos ou atividades de caráter parecido, as visitas técnicas e intercâmbios são pontuais, mas o grosso da vida escolar não dar-se toda em torno destas abordagens: as disciplinas continuam existindo e abordam seus conteúdos curriculares, em uma simultaneidade. Neste sentido, da interdisciplinaridade para além da abordagem temática, visitas técnicas e intercâmbios, vejamos alguns trechos das entrevistas. Iniciando com a Educadora¹⁷:

Aí então, muita dificuldade neste sentido [...] no coletivo a gente acaba dando fortalecendo os princípios do mst, as propostas do que especificamente os conteúdos das disciplinas particulares e entre elas. A gente focou muito na pedagogia neste sentido mais amplo, mas eu acho que este ano a gente não conseguiu se articular bem. Claro que uma vez ou outra você acaba conversando e ‘aí vai trabalhar em teatro sobre homofobia, a então vou trazer um texto para espanhol que trate sobre também’, mas de um forma pontual, mas não conseguimos fazer isso de uma forma mais sistematizada. (Trecho da entrevista realizada, Educadora, 2019, Taperoá).

Continuando com Educador ‘1’¹⁸:

Do meu ponto de vista, uma prática a gente tem este desejo e já vimos pondo em prática, mas para o que a escola precisa, ainda é incipiente, ainda (...) são passos ainda curtos para o que a escola necessita. (Trecho da entrevista, Educador ‘1’, 2019, Taperoá).

¹⁶ Trecho de entrevista concedida pelo Educador ‘1’ na sua casa, Taperoá. Na data de 1º de Maio de 2019.

¹⁷Trecho de entrevista concedida pela Educadora e atuante no Setor de Saúde, na sua casa, Taperoá. Na data de 22 de Março de 2019.

¹⁸ Trecho de entrevista concedida pelo Educador ‘1’ na sua casa, Taperoá. Na data de 1º de Maio de 2019.

Por fim, Educador e camponês¹⁹:

A gente sempre trabalhava juntos algumas aulas, como por exemplo logo no início, que a gente trabalha a história da agricultura [...] eu trabalhava alguns elementos mais relacionados a historiografia e alguns outros professores trabalham questões relacionadas às suas disciplinas. (Trecho da entrevista Educador e Camponês, Ituberá, 2019)

Analisando a interdisciplinaridade construída na ETALC, é possível observar dois aspectos. O primeiro, consiste na conclusão que trabalhar temas/conteúdos que não estão incluídos nos currículos, mas são frutos de reflexão dos educadores e, principalmente, orientações do Setor de Educação do Movimento, potencializa a interdisciplinaridade. Assim, na mesma linha de raciocínio, as atividades práticas e os intercâmbios são potencializadoras à interdisciplinaridade pois não são oriundas de disciplinas específicas, apesar de possuir uma relação mais íntima com algumas. O segundo, que trabalhar a interdisciplinaridade, no sentido de interações de disciplinas, ainda é um desafio, sendo a maior justificativa para isto a dificuldades de se reunir para pensar especificamente nisso, como nos relata a Educadora.

7.3 Dificuldades em potencializar o pedagógico

A orientação do Movimento é a “criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/educadoras” (MST, 1996) e tem como objetivo o continuado amadurecimentos dos processos pedagógicos, sejam das atividades propriamente e/ou dos educadores. E como toda escola, tem-se a orientação que ocorram das Atividades Complementares (AC's). Vejamos o que acontece na ETALC.

Primeiro, cabe uma observação: os AC'. Atividade Complementares (AC) é fruto de uma luta pela carga horária dedicada ao exercício da docência, conquistada oficialmente em 2008 (Brasil, 2008). A Secretária de Educação da Bahia defini Atividade Complementar como (BAHIA, 2014):

um espaço/tempo inerente ao trabalho pedagógico do(a) professor/a, destinado ao planejamento e organização das atividades a serem realizadas individual ou coletivamente. É, também, um espaço/tempo de formação continuada, uma vez

¹⁹ Trecho de entrevista concedida pelo Educador e Camponês na sua casa, Ituberá. Na data de 05 de Maio de 2019

que nele discutem se temas diversos da educação, há trocas de referências, de materiais de subsídio à práxis pedagógica, socialização de experiências, num exercício de constante aperfeiçoamento da organização do trabalho pedagógico. (BAHIA, 2014, pág 1)

Mesmo entendendo que a realidade dos AC's que ocorrem nas escolas municipais e estaduais não dão conta da definição trazida, eles são importantes espaços, conquista da categoria de professores.

Na ETALC, os AC's, na prática, tendem a ser uma carga horária destinada para que o educador, individualmente, planeje aulas, corrija atividades e outras ações de caráter relacionados a docência. Isso é consequência da dificuldade de encontrar horários compatíveis dos educadores, mesmo os de áreas de conhecimento em comum. Somado a dificuldade imposta à mobilidade - chegar e sair da escola - limita os horários que podem ser pensados para sua realização, os AC's não são práticas consolidadas na Escola. No início do de 2018, ocorreram alguns AC's, mas que pelos motivos já colocados, não manteve em funcionamento, pois não há um caderno de frequência efetivo de AC's e de relatorias dos temas abordados.

Apesar de não estar funcionando, o AC é um dos objetivos a serem alcançados, valorizando o que este espaço/momento pode potencializar à Escola, com um todo. Entretanto, existem momentos coletivos não formais que garantem elementos descritos na definição, podemos citar as visitas de um educador a outro, nos espaços de aula livre, intervalo das aulas e durante as próprias atividades da escola. São nesses espaços também, que são compartilhados materiais, textos e outros conteúdos que acrescentam ao educador. Esta prática informal está mais associada ao corpo de militantes-educadores.

Anterior à proposta de AC, temporalmente, e em uma compreensão e dimensão bem maior, o MST (1996) nos diz que os educadores devem continuamente e coletivamente, traçar reflexões sobre a prática pedagógica, bem como pensar estratégias. Na ETALC, é inexistente este grupo, no sentido de ter dias definidos, pauta, encaminhamentos, local de socialização de material entre outras orientações dos Princípios do MST.

Este processo continuado de ação-reflexão-síntese devem qualificar as práticas pedagógicas e estratégias coletivas. As consequências prejudiciais vão desde o acompanhamento das práticas e posturas do educador na atividade da escolarização (se estão conseguindo seguir os princípios da Educação do MST e do Campo), no processo de

horizontalização das compreensão das próprias atividades realizadas e no estudo de temas fundamentais à Escola. A construção da Agroecologia defendida, esbarra em dilemas fruto destas consequências.

A primeira limitação é, focada na Agroecologia, da construção e/ou da potencialidade da interdisciplinaridade, pois existem poucos tempos para que ela seja pensada. No tópico *Interdisciplinaridade, agroecologia e Escola*, vimos alguns trecho de educadores falando sobre e podemos identificar como ausência destes momentos. O planejamento às atividades, o alinhamento de seus objetivos e metodologias as quais serão aplicadas, dão-se em espaços informais ou reuniões emergenciais. A segunda limitação está relacionada aos prejuízos na formação, qualificação e horizontalização sobre Agroecologia no corpo dos educadores. Sendo o grupo dos educadores os mais prejudicados com apropriação da Agroecologia, pois para muitos o contato com ela deu-se após chegar à Escola. A terceira limitação está relacionada a avaliação das atividades realizadas, fazendo que o acúmulo para seu aperfeiçoamento seja prejudicado. A quarta e última, mas não menos importante, está relacionada à vida cotidiana da escola. Fazendo perguntas do tipo: “Como construir estratégias para superar esta ou aquela dificuldade, pessoal ou de determinada sala? Como tratar deste ou daquele educando?” sejam respondidas ou individualmente ou em alguns espaços informais.

As justificativas para não ocorrer este processo de potencialização do pedagógico está relacionada ao tópico *ora uma, ora duas escola* e que a escolarização exige a maior parte do tempo dos educadores. Saída construída, são reuniões gerais sobre a escola, mas que pela demandas de reflexões, falas e encaminhamentos, não dão conta de todos os temas e na profundidade desejada.

7.4 Desafios para o fortalecimento da Agroecologia: as relações da Escola, Comunidades e MST

Atualmente, a ETALC, atende sete comunidades diferentes, sendo localizada em uma destas (MST, 2019), trazendo junto o desafio de construir uma escola técnica em agroecologia que amplie sua participação nas comunidades e das comunidades nela. Vamos lá ao nosso caso ETALC.

Dê antemão, as realidades já colocadas nos tópicos *ora uma ora duas Escola e Interdisciplinaridade, Agroecologia e MST* refletem no processo de capilarização da relação comunidades e Escola, principalmente no tocante ao acesso a recurso e condições de trabalho; a divisão do corpo educador e planejamento de atividades. Assim, o desafio de construir estratégias para consolidar mais relações tornasse ainda maior.

O ausência de recursos destinados para logística de deslocamento dos educandos às comunidade ou das comunidades à escola, fora ao regular à escolarização, impossibilita a realização de atividades de campo. Até as massificação das reuniões de Pais e educadores é desafiante.

Entretanto, a Escola está em uma das comunidades, a qual poderia desenvolver uma relação de ação potencializadora da Agroecologia, porém não é bem isso que acontece. Isto é preciso apresentar melhor.

De início, a vivência do corpo dos educadores, de ambos grupos, limita-se em seu maior tempo na escolarização, mais especificamente na escolarização dentro da dependências da escola. A consequência objetiva é que poucos educadores conhecem um número significativos das famílias do próprio assentamento e da realidade onde a escola está. Estes desconhecimentos dificultam atividades com os camponês. A caminho inverso também existe, poucos assentados conhecem os educadores, as atividades realizadas na escola e em torno.

A Escola, o MST e a direção do Assentamento Josiney Hipolito, há dois a três anos dialogam sobre destinação de uma área agricultável para a escola. Esta área ainda não existe, impossibilitando a criação de um importante instrumento pedagógico na agroecologia: as áreas demonstrativas. Chamada de “demonstrações didáticas”, Sosa (2012, 2012, pág 71) nos define como: “Um tipo de instrumento que serve para demonstrar de maneira visual e prática, um processo negativo ou positivo. A demonstração deve ser acompanhada de uma explicação entre os presentes” (SOSA, 2012, pág 71). Ou seja, este talvez seja um dos grandes desafios a serem superados para iniciar um processo potencializador da construção da Agroecologia, afinal “Quando o camponês vê, ele acredita” e “a palavra convence, mas o exemplo arrasta”.

O MST tem como objetivo transformar a ETALC em um centro de Formação em Agroecologia a nível de Regional, o que dar um salto, seja nas demandas seja nas suas potencialidades. Este encaminhamento foi oficializado em dezembro de 2018, no Encontro Regional do Baixo-sul, mas por limitações de recursos, não vem acontecendo da forma

planejada.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de seu pouco tempo de existência, apenas quatro anos, a ETALC é a materialização dos esforços de diferentes sujeitos na construção de uma escola do campo, popular e agroecológica. Os desafios não lhe são encarados como desanimadores, mas sim impulsionadores na busca de saída, em um processo dialético com a realidade, construindo uma práxis educativa revolucionária.

Ao contrário da trajetória da maioria das escola do campo que vem sofrendo uma política de fechamento, por diversos motivos (II PNERA – Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária, 2014) a ETALC vem consolidando-se enquanto Escola do Campo e isso só é possível pelo seu caráter intrínseco da luta. O direito à educação pública e de qualidade, o acesso ao conhecimento humano sistematizado ao longo da história, uma elevação na escolarização das comunidades atendidas já são frutos da Escola.

Tornar a escola um espaço do povo, para o povo, de controle social da população atendida, manifesta seu cunho a tornar a Escola um verdadeiro espaço popular, não repetindo os maus exemplos de políticas públicas de alguns assentamentos, onde tornaram-se “elefante brancos” na comunidade. Tornar de controle social da população não significa reproduzir literalmente o interesse desta, mas sim junto a ela, debater e construir uma escola desejada.

Podemos concluir que a Agroecologia defendida na ETALC é fruto do amadurecimento histórico do projeto de reforma agrária apresentada pelo MST no projeto Reforma Agrária Popular. Ela é afirmada enquanto antítese ao agronegócio que é um projeto capitalista para o campo. Com o entendimento que o agronegócio atua sobre as múltiplas dimensões do campo, como as relações sociais e com a natureza, a economia rural, na prática política, na cultura, na ética, na educação ofertada e a forma de fazer agricultura, a Agroecologia deve ter tamanha envergadura propondo para cada dimensão, uma contraproposta. Para isso, ela deve assumir uma postura classista diante da sociedade e junto ao conjunto da classe trabalhadora, deve ser uma ferramenta para construção de uma nova sociedade.

As estratégias pedagógicas utilizadas pela Escola fortalecem a Agroecologia, nas suas dimensões, orientada pelos princípios da educação do MST, sendo contextualizada,

interdisciplinar e de formação para intervir na realidade.

9. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Agroecologia – a organização camponesa reconstruindo o sentido da vida e a transformação da sociedade. Jornada de Agroecologia. 5º Encontro Estadual – Paraná – Brasil. 2006. 148p

Agroecologia, soberania popular e cooperação. Caderno de formação nº 2. 10 Jornada de agroecologia. Londrina, Paraná, Brasil. 2011. 124p

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para agricultura sustentável.** 3ed. Rev. Ampl. - São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012. 400p

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004. 117p.

BAHIA. Secretária de Educação. **Educação Profissional - Ementas dos Cursos.** Acessado, em 10 de Julho de 2019. Disponível em <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/educacao-profissional-ementas-dos-cursos>

BAHIA, **Orientações às Atividades Complementares (AC)**, 2014, 2 pág. Disponível em <http://www.educacao.ba.gov.br/atividade-complementar-ac>

BRASIL.. Ministério da Educação.Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012. 96 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases.** LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, acessado no dia 30/06/2019, às 00:20min.

BRASIL. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.** DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. Disponível em [.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm), acessado no dia 30/06/2019, às 00:50min

BRASIL. **II PNERA Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária.** Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Brasília, Junho de 2015. 104 p.

Caderno da Educação Nº 08 - Princípios do MST. Movimento dos Trabalhadores

Sem-Terra do Brasil, 1996. 32p

Caderno de Formação Nº 17 - Plano Nacional do MST 1989 a 1993. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Brasil, 1989. 22 p

CALDART, Roseli Saleti (org). **Dicionário da Educação do Campo.** Organizado por Roseli Saleti Caldart, Isabel Brasil Perreira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotte. 2º Edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 788p.

Cantares de Educação do Campo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Setor de Educação. 2006. 28 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns e conceitos e princípios.** 2. ed. Brasília: MDA: SAF: DATER-IICA, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia e Extensão rural: contribuições para promoção do desenvolvimento rural sustentável/** Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber; Prefácio angel Altieri. - Brasília: MDA/ SAF/ DATER-IICA, 2004. x, p.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural e Agroecologia - temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e sustentável -** MDA, 2007.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 - 2012).** Editora da UFRGS. Porta Alegre, 2012, 144p.

Extensão Rural e Agroecologia : temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível / coordenado por Francisco Roberto Caporal. –Brasília : MDA, 2007. 398 p. : il. ISBN1. Extensão Rural. 2. Desenvolvimento Rural Sustentável. 3. Agroecologia. I. Caporal, Francisco Roberto. II. Ramos, Ladjane de Fátima. III. Costabeber, José Antônio. IV. Paulus, Gervásio. V. Caporal, Daiane Soares

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FILHO, Gilberto Montibeller. **Ecodesenvolvimento E Desenvolvimento Sustentável Conceitos E Princípios.** Textos de Economia, Florianópolis, v. 4, a. 1,p. 131-142

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible I** Stephen R. Gliessman. —Turrialba, C.R. : CATIE, 2002, 359 p.

GUSMÁN, Eduardo Sevilla. **Perspectivas Agroecológicas – De la sociologia Rural a la Agroecologia.** Icaria Editorial, s.a. 2006. 255p.

GUSMÁN, Eduardo Sevilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia.** Artigo Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável .,Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001, pág 35- 45

LENIN, Vladimir Ilich. **O Estado e a Revolução** 1º Edição. São Paulo. Expressão Popular, 2007. 184p

LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**. Sérgio Lessa, Ivo Tonet. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 128 p.

MARTINS, F. J. **MST, Via camponesa e educação: integração e o instituto de agroecologia latino americano (iala) guarany**. Artigo apresentado na XIII Semana Acadêmica e X Jornada de Estudos Pedagógicos do curso de Pedagogia da Unioeste - campus de Foz do Iguaçu - EDUCAÇÃO SOCIALISTA - Pedagogia Socialista e Pedagogia Histórico-Crítica: fundamentos e contribuições para a prática pedagógica. 2015. (Outro).

MARX, Karl Heinrich. e ENGELS, Friedrich. **MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**. Editora Avante, 2.a edição. Lisboa 1997.

Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Brasil, disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86> acessado em 26 de junho de 2019, as 17h00min.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. 3º Ed – São Paulo, Expressão Popular, 2011, 192p

Pra soletrar a liberdade nº 1 – Nossos valores. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil. 2000. 41 pág

Programa de Reforma Agrária. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. São Paulo, 1995, 29 pág.

Programa agrário do MST - Texto em construção para o VI Congresso Nacional Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo-SP, 1ª edição abril 2013

Rumo ao II Congresso Nacional - nossas reivindicações. Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-terra do Brasil. 1990, 4 pág.

SCHMITT, Claudia Job. **A transformação das “ideias agroecológicas” em Instrumentos de Políticas Públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar**. Política e Sociedade – Florianópolis – Vol. 15 – Edição Especial – 2016

SILVA, Valter Israel da. **Classe camponesa: modo de ser, de viver e de produzir**. 1º Edição, Porto Alegre, 2014, 128p

STEDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. João Pedro Stedile, Bernardo Mançano Fernandes. 2º Edição. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2012, 176p

VÁZQUEZ, A. SANCHEZ. **Filosofia da práxis**. 2º ed. Buenos Aires: consejo Latinoamericano de ciência Sociales. Clássico: São Paulo, Brasil, 2011, 488p.

VENDRAMINI, Célia Regina. **QUAL O FUTURO DAS ESCOLAS NO CAMPO?**
Educação em Revista|Belo Horizonte|v.31|n.03|p. 49-69 |Julho-Setembro 2015

Educadora e participante do Setor de Saúde da Regional Baixo-sul. Entrevista concedida em março de 2019, Taperoá, Bahia, Brasil.

Educador e camponês. Entrevista concedida em maio de 2019, Ituberá, Bahia, Brasil.

Dirigente do Setor de Educação da Regional Baixo-sul, Educador e Coordenador da ETALC.

Entrevista concedida em outubro de 2018, Ituberá, Bahia, Brasil.

Educador (1). Entrevista concedida em Maio de 2019, Ituberá, Bahia, Brasil.

Educadora. Entrevista concedida em Março de 2019. Ituberá, Bahia, Brasil.

Educador (2). Entrevista concedida em Julho de 2019. Ituberá, Bahia, Brasil.

10. ANEXO



FIGURA 01: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 1: DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE
 FONTE: A autora (2013)

FIGURA 02: Fonte - CAPORAL E COSTABEBER, 2004, pág 112.



FIGURA 03: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 04: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 05: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 06: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 07: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 08: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 09: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 10: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 11: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 12: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 13: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.



FIGURA 14: Acervo fotográfico da escola técnica em Agroecologia Luana Carvalho.